



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GESTÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**IONARA SILVA CHAVES DIAS**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O AUXÍLIO  
ALIMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO) – CAMPUS PALMAS**

**PALMAS – TO**

**2015**

**IONARA SILVA CHAVES DIAS**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO) – CAMPUS PALMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. David Nadler Prata.

**PALMAS – TO**

**2015**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

D541 a    Dias, Ionara Silva Chaves.

Avaliação da política de assistência estudantil: o auxílio-alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas. / Ionara Silva Chaves Dias. – Palmas, TO, 2015.

89 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2015.

Orientador: David Nadler Prata

1. Avaliação de Políticas Públicas. 2. Auxílio-alimentação. 3. Política de Assistência Estudantil. 4. Vulnerabilidade Socioeconômica. I. Título

**CDD 350**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**IONARA SILVA CHAVES**

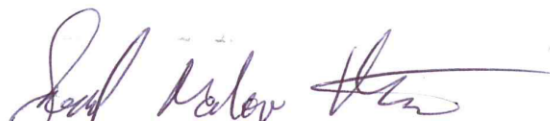
**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO) – CAMPUS PALMAS**


Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.

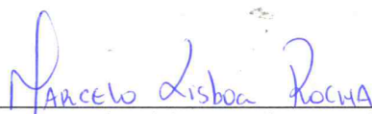
Orientador(a): Prof. Dr. David Nadler Prata.

Aprovada em 02/12/2015.

BANCA EXAMINADORA:

  
Prof. Dr. David Nadler Prata (Orientador)

  
Profa. Dra. Helga Midori Iwamoto (membro interno)

  
Prof. Dr. Marcelo Lisboa Rocha (membro externo)

Dedico este trabalho à minha mãe, Isvaní Carvalho S. Chaves, maior exemplo de fé e perseverança, muito obrigado pelos incentivos e todo amor dedicado a nós.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

**John Dewey**

## AGRADECIMENTOS

Neste processo longo, porém gratificante que é o mestrado, período repleto de lutas, porém de muitas vitórias, chegamos à fase final com a sensação de dever cumprido e é nesta fase final que olhamos para trás e vemos o quanto Deus foi generoso conosco, nos dando a oportunidade do ingresso e também da conclusão deste trabalho.

Nossos agradecimentos a Deus, pelo dom da vida e ter nos dado força todos os dias principalmente nos dias de dificuldades.

Ao meu esposo Rodrigo Carvalho Dias, pelo apoio, companheirismo e amor, nestes dias de muita ausência, muito obrigada pelo incentivo, serei eternamente grata.

A minha família, em especial meus pais e irmãos, por ter acreditado e me apoiado em todos os momentos nesta caminhada tão árdua. À minha mãe Isvaní Carvalho pelas orações e conselhos, e por sempre está do meu lado me dando força nos momentos de desânimo.

Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> David Nadler Prata pelas orientações tão valiosas, pela parceria e apoio em todos os momentos deste trabalho.

A prof<sup>a</sup> Helga Midori Iwamoto pelas orientações e disposição em ajudar em todas as fases deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, pelo apoio e incentivo, em especial meus amigos Kleryson Saraiva e Sandra Prado, pela amizade, parceria e incentivo em todos os momentos de desânimo.

Aos meus amigos, pela parceria e amizade e gratidão por compreenderem os momentos de ausência.

Aos estudantes que contribuíram para a conclusão da pesquisa, pela receptividade e disponibilidade.

Ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – *Campus* Palmas, pelo apoio para a concretização deste sonho.

À Universidade Federal do Tocantins, em especial ao corpo docente do mestrado em Gestão de Políticas Públicas pela oportunidade de acesso e conclusão do curso.

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para conclusão deste trabalho.

## RESUMO

A presente pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo teve como objetivo verificar a eficácia do auxílio alimentação da política de assistência estudantil, no âmbito do IFTO – Campus Palmas e sua adequação às necessidades dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando as especificidades da Instituição e dos estudantes contemplados com o referido auxílio, colaborando para a permanência destes estudantes na Instituição. A pesquisa foi desenvolvida numa abordagem de natureza aplicada. A coleta de dados foi realizada utilizando como ferramenta a entrevista semiestruturada com perguntas fechadas e abertas e avaliação nutricional. Foram obtidos dados de 30 estudantes beneficiados com o auxílio-alimentação distribuídos em vários cursos do ensino médio integrado ao técnico, Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), técnico subsequente e superior. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, envolvendo a elaboração de gráficos, tabelas e quadros comentados individualmente. Os resultados encontrados expressam que o auxílio-alimentação tem atingido os propósitos para os quais foi criado, proporcionando melhor qualidade de vida para os estudantes e elevando seu rendimento escolar. Finalizando o estudo, foram apresentadas recomendações no sentido de contribuir para o aprimoramento do auxílio-alimentação desenvolvido pelo campus Palmas.

**Palavras-Chaves:** Avaliação de Políticas Públicas, Auxílio-alimentação, Política de Assistência Estudantil, Vulnerabilidade socioeconômica.



## **ABSTRACT**

The present qualitative and quantitative research had as objective verify the efficacy of meal allowance supported by the student assistance policy from the IFTO – Campus Palmas and its suitability to the needs of students who are in socioeconomic vulnerability, considering the specificities of the institution and of the students to whom are awarded this allowance, contributing to permanence of them in the institution. The research was conducted using an approach of applied nature. The data collection was performed by means of semi-structured interviews with closed and open questions, including nutritional assessment. The data analysis was performed using descriptive statistics, involving the development of graphics, tables and charts which were commented individually. We obtained data from 30 students that are benefited with the meal allowance distributed in several programs as: high school integrated into the technical school, National Program for the integration between Professional and Basic Education for young people and adults (PROEJA), subsequent technical and tertiary study. The findings allow to affirm that the meal allowance has achieved the purposes for which it was created, providing better quality of life for students and raising their academic performance. As conclusions, recommendations were presented to contribute to the improvement of meal allowance developed by the campus of Palmas.

**Keywords:** Public Policy Evaluation, Meal Allowance, Student Assistance Policy, Socioeconomic vulnerability.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Participação do PNAES em relação ao orçamento do IFTO – 2011 a 2014.....	49
Gráfico 2 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo o sexo.....	60
Gráfico 3 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo o turno que estuda.....	64
Gráfico 4 - Conhecimento dos estudantes da amostra sobre o PNAES .....	65
Gráfico 5 - Período de concessão do auxílio-alimentação.....	66
Gráfico 6 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo o local onde se alimentava.....	67
Gráfico 7 - Percepção dos estudantes da amostra em relação às mudanças na rotina escolar.....	67
Gráfico 8 - Percepção dos estudantes da amostra em relação ao rendimento escolar.....	68
Gráfico 9 - Percepção dos estudantes da amostra em relação à frequência escolar.....	70
Gráfico 10 - Percepção dos estudantes da amostra em relação às mudanças positivas nos hábitos alimentares.....	71
Gráfico 11 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo o uso de fumo.....	73
Gráfico 12 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo a ingestão de bebida alcoólica.....	74
Gráfico 13 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo a prática de atividade física...	75

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Primeira fase da assistência estudantil.....	25
Quadro 2 - Classificação do estado nutricional.....	32
Quadro 3 - Significado da perda de peso em relação ao tempo.....	33
Quadro 4 - Classificação do estado nutricional de adultos segundo o IMC.....	34
Quadro 5 - Evolução orçamentária do recurso do PNAES.....	48
Quadro 6 - Relação dos estudantes entrevistados.....	59
Quadro 7 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo a faixa etária escolar.....	61
Quadro 8 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo a renda bruta familiar.....	62
Quadro 9 - Distribuição dos estudantes da amostra segundo o curso que está matriculado.	63
Quadro 10 - Motivo da escolha do auxílio-alimentação.....	65
Quadro 11 - Índice de Massa Corporal segundo o sexo .....	76
Quadro 12 - O auxílio-alimentação contribui para a permanência do estudante .....	77
Quadro 13 - O auxílio- alimentação ofertado 1 vez ao dia têm suprido a necessidade.....	78

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDIFES – Associação Nacional dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Superior

CF – Constituição Federal

DAES – Diretoria de Apoio ao Estudante e Servidor

GEAE – Gerência de Apoio ao Estudante e Servidor

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

IMC – Índice de Massa Corporal

MEC – Ministério da Educação

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

RU - Restaurante Universitário

UNE - União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	17
1.2 OBJETIVO.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	18
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
2.1 O PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	19
2.2 PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO .....	20
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	21
2.4 O PANORAMA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E O PNAES .....	23
2.5 AVALIAÇÃO NUTRICIONAL .....	31
2.5.1 Métodos Objetivos .....	32
2.5.2 Métodos Subjetivos .....	36
2.6 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	36
<b>3. INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO) E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....</b>	<b>45</b>
3.1 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PNAES NO IFTO .....	48
3.2 O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO IFTO – CAMPUS PALMAS .....	50
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>53</b>
4.1 TIPO DE PESQUISA .....	54
4.2 SUJEITOS DA PESQUISA .....	55
4.3 TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS .....	56
4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	57
4.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA .....	58
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal brasileira estabelece, a partir de 1988, que a educação passa a ser dever do Estado e da família e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, conforme artigos a seguir:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988)

Em consonância, em 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, apresentando, como um de seus princípios, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esta Lei também determina que a educação esteja vinculada ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Neste caso, a educação é considerada como um instrumento indispensável ao desenvolvimento e ao progresso, como um direito social constitucionalmente estabelecido, que visa emancipar o indivíduo para o pleno desenvolvimento em relação à saúde, ao trabalho, à família.

Nesse sentido, o governo brasileiro tem promulgado ações, desenvolvendo políticas públicas voltadas a combater problemas complexos enfrentados pelas instituições públicas brasileiras: a acessibilidade, a democratização do ensino e a retenção de alunos nessas instituições, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil nas instituições públicas da esfera federal de ensino – Institutos Federais e Universidades Federais.

Durante décadas, foram discutidas formas de facilitar o ingresso de estudantes em situações de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas, no entanto, pouco se discutia sobre custos como alimentação, moradia, transporte, além de materiais, que diretamente inviabilizam a permanência desses estudantes.

Contudo, para se garantir a democratização do ensino, é necessário ter um olhar abrangente, que alcance além do aumento no número de vagas, da criação de novas instituições e novos cursos, é preciso, também, garantir a permanência desses alunos.

Neste contexto, foi criado em 1988 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), importante grupo de fortalecimento, reivindicação e consolidação de políticas de assistência estudantil nas universidades, que, em conjunto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), busca garantir a igualdade de oportunidades aos discentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Este fórum, aprovado em 10 de janeiro de 2001, junto com o Plano Nacional de Educação (PNE), insere-se na perspectiva do direito social, visando proporcionar aos alunos condições básicas para sua permanência nas instituições, assegurar os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar decorrentes de dificuldades socioeconômicas. (FONAPRACE, 2012).

O grupo FONAPRACE foi primordial para que ocorresse a criação, consolidação e o fortalecimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pois este construiu importantes documentos sobre o assunto e realizou pesquisas nacionais para conhecer o perfil dos estudantes das IFES.

A partir dos resultados dessas pesquisas, e da percepção da necessidade de efetivação de políticas de assistência estudantil nas universidades, elaborou-se o plano nacional de assistência estudantil, no ano de 2007, o qual teve como objetivo apresentar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi instituído através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), que se efetiva por meio de ações de assistência estudantil, vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em

cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (BRASIL, 2007).

De acordo com esta portaria, (BRASIL, 2007), as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) deverão considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. O público-alvo principal do PNAES são os estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Neste panorama, o PNAES contempla um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes visando à permanência e êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e de qualidade de vida.

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas instituiu o programa de assistência estudantil baseado no Decreto 7.234/2010, este determina que os alunos contemplados sejam selecionados, segundo a necessidade e vulnerabilidade socioeconômica, seguindo o critério de menor renda familiar e renda familiar per capita.

O auxílio alimentação está inserido na política de assistência estudantil do IFTO. Trata-se de da concessão de auxílio financeiro para a refeição diária, preferencialmente no refeitório do *Campus*, durante o semestre letivo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No contexto de políticas públicas, várias fases são necessárias à aplicabilidade da política, bem como sua inserção ou exclusão. Será destacada neste trabalho a fase da Avaliação.

Conforme destaca Del Giúdice (2013), a avaliação de políticas e programas sociais tem tido grande destaque para o planejamento e a gestão governamental. O interesse por essa avaliação vem seguindo a adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e as transformações das relações entre Estado e sociedade.



Considerando toda essa perspectiva na área de avaliação de políticas públicas, defende-se que a avaliação pode subsidiar o planejamento e a formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implantação e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. Ela também é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle sobre a efetividade da ação e divulgação de resultados. Neste sentido, delinea-se a problemática no item a seguir.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando a importância da avaliação na implementação de políticas públicas que subsidiem a educação, foi abordado o problema: como o auxílio-alimentação tem buscado a eficácia dos objetivos propostos pelo programa de assistência estudantil, e adequação das necessidades dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco nutricional, colaborando para a permanência do aluno na instituição?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Considerando a problemática levantada no item anterior, a presente pesquisa objetiva avaliar se o auxílio-alimentação tem buscado a eficácia dos objetivos propostos pelo programa de assistência estudantil, e adequação das necessidades dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco nutricional, colaborando para a permanência do aluno na instituição.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever o perfil socioeconômico e nutricional dos beneficiados pelo auxílio alimentação;

- Contextualizar historicamente o Programa de Assistência Estudantil do IFTO;
- Propor medidas que possibilitem aprimorar as ações de assistência estudantil, no que se refere ao alcance dos objetivos a que este auxílio se propõe.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O tema proposto em estudo tem sido notoriamente discutido em diversas instâncias nas instituições públicas da esfera federal de ensino – Institutos Federais e Universidades Federais. Nos Institutos Federais, têm-se expandido os programas de assistência estudantil.

Sendo a pesquisadora servidora do setor de Nutrição do IFTO – Campus Palmas, foi possível compreender na prática a necessidade de se exercitar uma pesquisa em avaliação de políticas públicas no âmbito escolar, haja vista que na presente instituição não existe um setor responsável pela efetiva realização desta ação, considerada tão importante para implementação e execução de uma política.

A premissa dessa pesquisa se deu por, na prática profissional diária, identificar várias questões referentes a à situação social e sua interferência no desempenho escolar, desde a falta de recursos financeiros dos estudantes para arcar com a refeição ofertada no campus até a falta de alimento diário, seja no café da manhã, almoço ou jantar.

Atualmente o IFTO oferta vários cursos destinados ao ensino médio, técnico e superior, tanto de carga horária parcial como também integral, nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo assim, constitui um local onde os estudantes permanecem por longos períodos de estudos e atividades escolares.

Diante da premissa de que a instituição de ensino deve garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos com êxito, foi instituída a política de assistência estudantil através do PNAES, que possui dentre os seus objetivos: viabilizar a igualdade de oportunidades, buscando democratizar as condições de acesso e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações oriundas da insuficiência de condições financeiras, como repetência e evasão (BRASIL, 2007).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O ensino no Brasil no âmbito do processo de colonização era caracterizado pela aculturação, imposição das práticas, técnicas e dos valores próprios que deveriam ser seguidos (SAVIANI, 2008). Através da obra dos Jesuítas, a família patriarcal favoreceu formas de pensamento e ideias dominantes na cultura nativa, havia uma distinção entre o branco colonizador e a população negra e mestiça. A educação era destinada apenas aos donos de terra e senhores de engenho. A esse respeito Romanelli (2006, P. 33) afirma:

[...] A escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, família e dos negócios no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada.

Com os avanços da sociedade no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e industrial findou o modelo de ensino supracitado. Neste sentido, a história das ideias pedagógicas no Brasil desenvolveu-se sobre a base de uma estrutura material, cujo eixo dinâmico foi o processo de industrialização.

Ainda sobre o desenvolvimento urbano-industrial, Gadotti (2008) relata que, em 1930, a burguesia chega ao poder e apresenta um novo projeto educacional em resposta às reivindicações e aos movimentos sociais, nesse momento, a educação pública passou a ter espaço nas preocupações do poder. Essa decisão também passou a ter impulso a partir da aprovação da Constituição Federal de 1934, que trazia em seu texto a educação como direito de todos e dever do Estado.

A partir de 1988, com o movimento da educação pública popular, o Estado foi reconhecido como único capaz de dar conta do nosso atraso educacional, para isso deveria existir uma aliança com a sociedade organizada. Em resposta às inquietações populares foi promulgada a Constituição Federal de 1988 que passou a assegurar os direitos sociais.

Tanto a educação tradicional, como a educação nova, reconhece que o processo de desenvolvimento pessoal e individual só é possível a partir do ensino. A educação deve ser concebida como uma função social de caráter popular e democrático, como instrumento de luta e de emancipação, os privilégios devem ser eliminados a fim de conquistar uma educação para todos.

Neste sentido, a educação deve oferecer, além do conhecimento, a igualdade de oportunidade e a autonomia do estudante. Conforme destacou Gadotti:

[...] A educação moderna trabalha com o conceito-chave “igualdade” (buscando eliminar as diferenças) e a educação pós-moderna trabalha com o conceito-chave “equidade” (buscando a igualdade sem eliminar a diferença). O pressuposto básico da educação moderna é a hegemonia, universalização de uma visão de mundo. O pressuposto básico da educação pós-moderna é a autonomia, capacidade de autogoverno de cada cidadão. (GADOTTI, 2008, p. 312)

Neste caso, a educação deve ofertar condições que garantam não apenas o acesso ao ensino, como também a permanência e a conclusão dos cursos com êxito, garantindo assim a oportunidade principalmente dos estudantes que se encontram em situação desfavorável.

## 2.2 PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO: UM MODELO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

O desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao político, cultural e social que, de acordo com seus índices, demonstram as desigualdades entre países e as disparidades entre as regiões de um mesmo país.

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens. (GALVÃO, 2004, p. 23):

Atualmente, é constante a preocupação com problemas de desenvolvimento socioeconômico e com a educação, pois, sem qualificação, o processo de desenvolvimento não é sustentável, há uma relação direta entre a riqueza de um país e o nível de educação de seu povo (ROMANELLI, 1998). Um sistema educacional desprovido de qualidade e mal

direcionado pode acarretar na formação de cidadãos dependentes e excluídos em função dessa dependência.

Segundo Apple e Beane (2001, p. 24): “os objetivos fundamentais da educação democrática são as transformação das condições que geram as desigualdades sociais e a realização de ações sustentadas na justiça social”.

A esse respeito, Demo (2002, p. 77) ressalta: “o critério mais fundamental do combate a pobreza será conseguir que o pobre se faça sujeito de suas próprias soluções”. Assim, oferecer condições para a autonomia por meio da educação e de políticas públicas educacionais precisas e não compensatórias devem estar presentes na atual sociedade.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os estudos das políticas públicas são ainda muito recentes, especialmente no Brasil, e existem ainda muitas divergências conceituais sobre este tema, alguns pesquisadores defendem a abordagem estatística, enquanto outros utilizam a abordagem multicêntrica.

Neste sentido, vários autores têm estabelecido uma definição sobre políticas públicas como Saravia e Ferrarezi (2006, p. 28):

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

Vários Fatores têm contribuído para a atenção que este tema denominado Políticas Públicas tem recebido nestas últimas décadas, bem como as instituições, regras e modelos que direcionam sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Neste sentido, fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área, como a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos

países, em especial os em desenvolvimento e a substituição das políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto, dando assim novas visões sobre o papel dos governos (SOUZA, 2006).

Outro fator que contribuiu para isso está diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente, tendo em vista que na maioria desses países, em especial nos da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006).

Para Raasch (2012), os fundamentos das políticas públicas estão contidos nas políticas econômicas, por isso, elas mudam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade e com o nível de atuação dos diferentes grupos sociais.

Souza (2007) define políticas públicas como sendo “O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Assim, a formulação de políticas públicas é constituída no momento em que os governos democráticos refletem seus objetivos e plataformas eleitorais em programas e ações governamentais que produzirão resultados ou alterações no mundo real.

Em consonância com a educação, a política de assistência estudantil, enquanto política social de direito operacionalizada no âmbito da educação, deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo que cheguem ao término da trajetória acadêmica de forma satisfatória.

Neste cenário, dentre as várias políticas públicas destinadas à educação, destaca-se a Política de Assistência Estudantil, constituída de um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e ações que garantam a democratização do acesso,

permanência e êxito no processo formativo, bem como a inserção sócia profissional do estudante com vistas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao fortalecimento da cidadania, à otimização do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial (BRASIL/PNAES, 2010).

## 2.4 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E O PNAES

A política de assistência estudantil no cenário brasileiro teve sua trajetória marcada por vários aspectos legais e sociais a fim de que fosse consolidada sua implantação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Neste contexto, marcos históricos serão levantados, visando a compreensão da assistência estudantil como direito garantido pela Constituição Federal, rompendo assim com a ideia de que os programas desenvolvidos nas instituições de ensino são meramente assistencialistas e contrapondo de que estes têm como principal finalidade garantir o acesso e a permanência dos estudantes na instituição de ensino.

No cenário de expansão da educação no Brasil ao longo dos tempos, a partir da aprovação da Constituição Federal no ano de 1988, no artigo 6º, consolida-se a regulamentação da educação como direito do cidadão e dever do estado provê-la.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Neste contexto, ao longo dos anos, tem-se expandido a oferta de ensino médio e superior e ampliado o número de universidades, possibilitando maior acesso à educação. No entanto, garantir o acesso não é suficiente para garantir o direito de oportunidades a todos, conforme destaca Silveira (2012 p. 48):

Ao iniciar a discussão sobre a assistência estudantil, é importante termos clareza que apenas a oferta da vaga não é suficiente para alunos oriundos de famílias

pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade conseguirem cursar uma instituição escolar, pois essa nova situação acaba gerando gastos com os quais a família não tem condições financeiras de arcar e que se não houver uma política social efetivada, provavelmente poderá acarretar o abandono por parte do aluno.

Neste sentido, para que a assistência estudantil se consolidasse como política pública, vários fatores e episódios, não só no Brasil, como também no exterior, ocorreram. Dessa forma, faz-se necessário levantar dados que registrem as primeiras ações voltadas a auxiliar os estudantes a se manterem nas instituições de ensino.

Esse levantamento histórico da assistência estudantil possibilita o acompanhamento da evolução da política, desde sua implantação até sua consolidação nos dias atuais. Desse modo, destacaremos os primeiros passos da assistência estudantil.

A assistência estudantil deu seus primeiros passos em 1928, em Paris, sendo registrada a primeira prática de auxílio ao estudante brasileiro, esta ocorreu durante o Governo de Washington Luís, na inauguração da casa do estudante brasileiro em Paris. Localizada na capital francesa, a residência universitária destinava-se aos jovens que iam estudar na França e tinham dificuldades de fixar moradia no país, o governo brasileiro era o responsável por repassar recursos para a construção e manutenção da casa do estudante (ARAÚJO, 2007).

No Brasil, o primeiro registro de ação da assistência estudantil ocorreu em 1930, com a construção da Casa do Estudante no Brasil, no Rio de Janeiro. Caracterizava-se por um casarão com três andares que possuía um restaurante popular frequentado por estudantes “carentes” e também por pessoas que faziam parte da comunidade local e se passavam por estudantes para realizar suas refeições na casa (ARAÚJO, 2007).

A assistência estudantil do ponto de vista legislativo teve sua regulamentação expressa em 1934, através do artigo 157 da Constituição Federal, inciso §2º: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária” (BRASIL, 1934).



Segundo Araújo (2007), no ano de 1937, o MEC com a finalidade de apoiar os estudantes incentivou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). De modo que a casa do Estudante era sede administrativa da UNE, as atribuições dos seus membros eram de organizar a biblioteca, o serviço de saúde, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios.

A Constituição Federal (BRASIL, 1946), na década de 1940, regulamenta o direito ao acesso à educação no Art. 166, em que trata a educação como direito de todos, devendo ser ministrada no lar e na escola e inspirando-se nos ideais de liberdade e solidariedade humana. A assistência estudantil é destacada no Art. 172 “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946).

Na busca para efetivação deste direito, foi criado em 1970 o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de promover a assistência estudantil no Brasil, com ênfase nos programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. No entanto, nos anos seguintes a DAE foi extinta (FONAPRACE, 1996).

Com a finalidade de uma melhor compreensão sobre os eventos que marcaram o início da assistência estudantil no período de 1930 ao início da década de 1980, será sistematizado no quadro a seguir, conforme Silveira (2012 p. 76):

Quadro 01 – Primeira fase da assistência estudantil

Ano	Ação
1928	Inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, para jovens que iam estudar na França.
1930	Inauguração da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro.
1931	Decreto 19.850/31, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior, tentativa de reconhecimento da Assistência Estudantil por meio da regulamentação da política de assistência estudantil brasileira.
1934	Regulamentação da assistência estudantil, no artigo 157 da Constituição Federal de 1934, inciso §2º.

1937	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).
1938	II Congresso Nacional dos Estudantes.
1946	Constituição de 1946, artigo 166, a educação é apontada como um direito de todos e a assistência estudantil se torna obrigatória para todos os sistemas de ensino, através do artigo 172.  Decreto, nº 20.302, estabelecendo que a Seção de Prédios, Instalações e Estudos dos estabelecimentos de Ensino Superior deveriam pensar alternativas para os problemas relacionados à assistência médico-social dos alunos.
1961	Lei de Diretrizes e Bases – LDB / Lei nº 4.024– a Assistência Estudantil passa a ser vista como direito igual para todos os estudantes, isto é, como um direito inserido na política de educação e não mais como ajuda.
1967	Constituição Federal de 1967, no artigo 168, a educação é posta novamente como direito de todos e pela primeira vez é citado que ela deverá assegurar igualdade de oportunidades.
1969	Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, proibindo a existência da UNE.
1970	Criação do Departamento de Assistência ao Estudante – DAE, vinculado ao MEC, com o objetivo de manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional.
1972	9.927, de 13 de janeiro de 1972, instituindo o Programa Bolsa de Trabalho em nível nacional antes.
1976	1º Encontro de Casas de Estudantes.

FONTE: (SILVEIRA, 2012, p. 76)

Silveira (2012) destaca que, durante este período em que se marcou a primeira fase de assistência estudantil, observa-se pouca preocupação por parte do governo brasileiro, e estas preocupações se direcionavam aos níveis básico e médio de ensino, excluindo a educação superior.

A aprovação exercida pelo MEC, em 1983, da Fundação de Assistência ao Estudante foi considerada um exemplo marcante, pois servia como instrumento para o Ministério da Educação e Cultura executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante, em níveis da educação pré-escolar e a de 1º e 2º graus. No entanto, essa fundação não abrangia o desenvolvimento de ações voltadas para o ensino superior, sendo extinta em 1997 (SILVEIRA, 2012).

A criação de dois grupos com a finalidade de debater e consolidar as ações de assistência estudantil nas IFES foi determinante para o fortalecimento da política. Entre esses grupos destacam-se o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) (RAASCH, 2012).

Neste contexto, o FONAPRACE tem como objetivos:

- garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social;
- proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio – econômicas (FONAPRACE, 2012).

O FONAPRACE realizou duas pesquisas nacionais para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES. A primeira, entre 1996 e 1997, e a segunda, entre 2003 e 2004. A pesquisa realizada no segundo semestre letivo de 1996 contou com a participação de 84,62% das 52 IFES brasileiras, que existiam à época (FONAPRACE, 2012).

Para traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, que representou um universo de 469.378 estudantes dessas instituições, foi adotado o critério da Associação Nacional de Empresa de Pesquisa (ANEP). Constatou-se que 43% dos estudantes pertenciam às categorias C, D e E – categorias que englobam alunos provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, cuja renda familiar média mensal é de no máximo R\$ 927,00 (FONAPRACE, 2012).

A partir desse trabalho realizado pelo FONAPRACE, foi possível identificar as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação,

manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES.

O FONAPRACE solicitou a inclusão da assistência estudantil no Plano Nacional da Educação (PNE). A reivindicação foi acatada e, no Cap. 4 do PNE, a assistência estudantil foi adotada como um dos objetivos do Plano: “Objetivo nº. 34 - a adoção de programas de Assistência Estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico”.

A partir desta conquista, a política de assistência estudantil ganha espaço na agenda política brasileira. No ano de 2007, o FONAPRACE, juntamente com a ANDIFES, apresentou um novo Plano de Assistência Estudantil, com o objetivo de apresentar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil.

Neste plano, consta que não é possível efetivar apenas o acesso à educação superior gratuita, torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (BRASIL, 2007).

Neste cenário, surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído pela Portaria Normativa nº 39 (MEC, 2007), regulamentado pelo Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por meio da democratização das condições de permanência, da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais e conclusão da educação superior, da redução das taxas de retenção e evasão e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES tem como principal objetivo oferecer igualdade de oportunidades a todos os estudantes e contribuir para melhoria do desempenho acadêmico, a partir de ações que venham a combater situações de repetência e evasão, o alvo principal do PNAES são os

estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial em Instituições Federais de Ensino Superior (BRASIL; PNAES, 2010).

As ações desenvolvidas pelo PNAES são executadas pela própria instituição de ensino e incluem assistência à moradia estudantil, alimentação, ao transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, creche, ao esporte, e apoio pedagógico, quanto à avaliação do programa, esta deve ser executada pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (SETEC, 2011).

O Decreto 7.234 (BRASIL, 2010), dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no artigo art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição decreta que: “O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”.

O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando Ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O PNAES estabelece que, quanto aos critérios e à metodologia a ser desenvolvida pelo programa na instituição, caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Dentre as ações desenvolvidas pela assistência estudantil, o PNAES determina que estas serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente, bem como que as ações de assistência estudantil

devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Os critérios de seleção dos estudantes estabelecidos pelo PNAES instituem que serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Em referência aos mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, este determina que as instituições federais de ensino superior prestem todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

O regulamento do programa determina que as despesas do PNAES corram à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observando os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Desde quando foi criado, em 2008, o programa recebeu no seu primeiro ano R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2013, o programa proporcionou mais 1,4 milhão de benefícios a estudantes distribuídos em todas as instituições federais de educação superior (MEC).

Os recursos financeiros investidos no Programa, desde 2008, tiveram uma evolução considerável. Em 2008, o valor destinado era de R\$ 101.200,000, enquanto que em 2014 o valor correspondia a R\$ 742.700,000. A partir destes dados, considera-se um crescimento superior a 700% no orçamento destinado ao PNAES (MEC).

Estes recursos financeiros destinados à assistência estudantil favorece a expansão de ações que visam garantir não apenas a oferta de auxílios e bolsas, como também o serviço de profissionais de saúde que acompanhe e garantam qualidade de vida e bem estar aos estudantes.

Neste sentido, alguns profissionais, a exemplo o médico, psicólogo, assistente social e nutricionista tem trabalho em conjunto para garantir um atendimento de saúde no âmbito escolar para os estudantes.

Neste contexto, a avaliação nutricional realizada no âmbito escolar pelo profissional nutricionista constitui uma ferramenta de acompanhamento nutricional, a fim de se detectar anormalidades na saúde e no estado nutricional dos estudantes.

## 2.5 AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

A avaliação nutricional utiliza-se de vários métodos, que têm como principal finalidade identificar os distúrbios nutricionais, a fim de possibilitar uma intervenção adequada, auxiliando, assim, na recuperação e/ou manutenção do estado de saúde do indivíduo (DEHOOG, 1998).

A avaliação do estado nutricional é um instrumento fundamental no estudo de populações, e de maneira especial para crianças e adolescentes, para que se possa verificar o crescimento, verificando se esta se distanciando do padrão esperado por doença e/ou por condições sociais desfavoráveis (MELLO, 2002).

Neste sentido, a avaliação nutricional é de grande importância, uma vez que podemos utilizá-la para reconhecer e diagnosticar alguns distúrbios nutricionais, tais como a desnutrição protéica calórica, bem como o excesso de peso e a obesidade (DUARTE, 2007).

Os métodos de avaliação nutricional dividem-se em dois grupos que são os métodos objetivos (antropometria, composição corpórea, parâmetros bioquímicos e consumo alimentar e os métodos subjetivos (exame físico e avaliação global subjetiva).

Neste trabalho, será contextualizada precisamente a avaliação nutricional utilizando com referência o Índice de Massa Corporal (IMC).

### 2.5.1 Métodos objetivos

- Antropometria

A antropometria é utilizada para avaliar o crescimento e a composição corporal. Na composição é possível mensurar os dois principais compartimentos da massa corporal total: tecido adiposo e massa livre de gordura. (DUARTE, 2007, p.41).

Este método possui muitas vantagens, pois possibilita o uso de equipamentos de fácil aquisição e baixo custo, utilização de técnicas não invasivas que podem ser realizadas ao leito, obtenção rápida de resultados e fidedignidade do método quando avaliado por profissionais capacitados (DUARTE, 2007).

Algumas técnicas não possuem confiabilidade como este método, que possibilita verificar o histórico nutricional, no entanto, possui algumas limitações como a incapacidade de detectar alterações recentes no estado nutricional e identificar deficiências específicas de nutrientes (DUARTE, 2007).

Segundo Cuppari (2005), dentre as medidas mais utilizadas na avaliação antropométrica destacam-se o peso, a estatura, as pregas cutâneas (bicipital, tricipital, subescapular e supra-ilíaca) e as circunferências (braço, cintura, quadril e abdômen).

- Peso

O peso corporal compreende a soma de todos os componentes corpóreos e reflete o equilíbrio proteico – energético do indivíduo.

Nos quadros 2 e 3 a seguir, é possível verificar a classificação do estado nutricional, de acordo com a adequação do peso e o significado da perda de peso em relação ao tempo.

Quadro 2 - Classificação do estado nutricional de acordo a adequação do peso.

Adequação do peso (%)	Estado nutricional
≤70	Desnutrição grave



70,1 a 80	Desnutrição moderada
80,1 a 90	Desnutrição leve
90,1 a 110	Eutrofia
110,1 a 120	Sobrepeso
> 120	Obesidade

Fonte: Blackburn,G.L. &,B.R., 1979.

Quadro 3 – Significado da perda de peso em relação ao tempo.

Tempo	Perda significativa de peso (%)	Perda grave de peso (%)
1 semana	1 a 2	> 2
1 mês	5	> 5
3 meses	7,5	> 7,5
6 meses	10	> 10

Fonte: Blackburn,G.L. &,B.R., 1979.

- Estatura

Na avaliação nutricional a estatura é usada associada com o peso corporal, compondo o índice de massa corporal. As condições de vida de uma população podem ser avaliadas utilizando a estatura como parâmetro, visto que sua deficiência pode refletir inadequações de caráter crônico de longa duração. (DUARTE, 2007).

Para avaliar o estado nutricional medindo a estatura, utiliza-se o estadiômetro ou o antropômetro.

- Índice de Massa Corporal (IMC)

O IMC é um indicador simples que utiliza a fórmula:  $\text{Peso atual (kg)} / \text{estatura (m)}^2$  onde são classificados segundo o diagnóstico nutricional de acordo o quadro a seguir.

Quadro 4 - Classificação do estado nutricional de adultos de acordo o IMC.

IMC (kg/m <sup>2</sup> )	Classificação
< 16	Magreza grau III
16 a 16,9	Magreza grau II
17 a 18,4	Magreza grau I
18,5 a 24,9	Eutrofia
25 a 29,9	Pré-obeso
30 a 34,9	Obesidade grau I
35 a 39,9	Obesidade grau II
≥ 40	Obesidade grau III

Fonte: OMS, 1995 e 1997.

- Circunferência do braço (CB)

Esta medida é verificada utilizando uma fita flexível contornando, assim, o ponto médio do braço no ponto marcado de forma ajustada, evitando a compressão da pele ou folga. O resultado obtido é comparado aos valores de referência do NHANES I (*National Health and Nutrition Examination Survey*) (CUPPARI, 2005).

- Pregas cutâneas (bicipital, tricípital, subescapular e supra – ilíaca)

As pregas cutâneas constituem uma forma de avaliação nutricional, nesta utiliza-se o adipômetro para aferição das pregas, deve ser levado em conta o cuidado na medição visto que há uma grande variabilidade existente inter e intra – avaliador, no entanto, estes erros podem ser minimizados através dos procedimentos padronizados e treinamento de aferição das pregas. (CUPPARI, 2005).

- Circunferência da cintura

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1997), esta medida deve ser realizada com cautela, principalmente porque há uma variedade dos pontos de cortes em

diferentes populações e a medida da cintura é variável no que diz respeito a sua localização ou posição.

No entanto esta medida pode ser importante na análise da gordura visceral concentrada, já que a mesma é um fator de risco para doenças cardiovasculares e diabetes mellitus independente da gordura corporal (DUARTE, 2007).

- Circunferência do Quadril

A circunferência do quadril é medida com a fita métrica com o indivíduo usando roupas finas, deve-se circundar o quadril na região de maior perímetro entre a cintura e a coxa.

- Razão Cintura Quadril (RCQ)

A relação cintura quadril frequentemente é utilizada para identificar o tipo de distribuição de gordura.

Esta relação quantifica a gordura intra-abdominal no indivíduo. Em diversos estudos é utilizada por refletir o risco de doenças como diabetes mellitus, doenças cardiovasculares e hipertensão arterial (DUARTE, 2007).

Para identificar o risco para o desenvolvimento de doenças, utilizam-se os valores limítrofes que variam de  $> 1$  para os homens e 0,85 para as mulheres, sendo determinada através da equação (CUPPARI, 2005).

$RCQ = \frac{\text{Circunferência da cintura}}{\text{Circunferência do quadril}}$

Circunferência do quadril

Neste caso, poderá utilizar-se de outros métodos objetivos, além da antropometria, a fim de avaliar o indivíduo com maior precisão, como através da composição corpórea, parâmetros bioquímicos e consumo alimentar e através dos métodos subjetivos (exame físico e avaliação global subjetiva).

### 2.5.2 Métodos Subjetivos

- Exame Físico

Este é muito utilizado como método clínico por detectar sinais e sintomas associados à desnutrição. Devido estes sinais e sintomas se desenvolverem apenas em estágios avançados da depleção nutricional, não se recomenda que o diagnóstico de deficiência nutricional se baseie apenas neste método. (CUPPARI, 2005).

- Avaliação Subjetiva Global

A Avaliação Subjetiva Global, além de ser utilizada para avaliar o estado nutricional dos pacientes hospitalizado no pós-operatório, como era indicada inicialmente, recentemente, está sendo utilizada também em diversas condições clínicas.

Este método tem por base a história clínica, nele são abordados vários aspectos como a redução de peso nos últimos seis meses, alterações na ingestão dietética, presença de sintomas gastrintestinais (náuseas, vômitos, diarreia e anorexia) e capacidade funcional relacionada ao estado nutricional e o exame físico inclui aspectos como a perda de gordura subcutânea (na região abaixo dos olhos, no tríceps e no bíceps), a perda muscular (têmporas, ombros, clavícula, escápula, costelas, músculos interósseos do dorso da mão, joelho, panturrilha e quadríceps), a presença de edema resultante da desnutrição e ascite, os quais serão definidos como normal, leve e moderado (CUPPARI, 2005).

## 2.6 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A alimentação e nutrição constituem direitos humanos fundamentais, consignados na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde. O Estado e a sociedade têm o dever de respeitar, proteger e prover o acesso da população a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e adequadas às necessidades nutricionais do indivíduo.

Neste caso, a garantia deste direito implica em obrigações específicas do Estado e da sociedade, como o acesso físico e econômico a uma alimentação saudável e diversificada de forma sustentável, condições que propiciem um cuidado adequado na escolha, preparação e ministração da alimentação (higiene, preparação de alimentos, creche, etc.), condições de vida que promovam a saúde e atenção integral à saúde (VALENTE, 2003).

No sentido de compreender melhor as abordagens referentes ao tema em questão, em primeira instância se definirá o significado de nutrição e alimentação. Vários autores abordam o significado de alimentação e nutrição, neste trabalho utilizaremos o de Cuppari:

Nutrição é a ciência que estuda os alimentos, seus nutrientes, bem como sua ação, interação e balanço em relação a saúde e doença, além dos processos pelos quais o organismo ingere, absorve, transporta, utiliza e excreta os nutrientes. [...] Alimentação é o processo pelo qual os seres vivos adquirem do mundo exterior os alimentos que compõe a dieta. (CUPPARI, 2005, p. 65)

Em consonância a estes significados, faz-se necessário compreender a importância do acesso, não apenas ao alimento, mas à alimentação de qualidade, nutricionalmente balanceada, adequada em nutrientes (proteínas, gorduras, carboidratos, vitaminas, minerais e fibras) que garantam ao indivíduo a manutenção da saúde e do seu estado nutricional, colaborando para o seu bem-estar físico, social e mental.

Em virtude da relevância deste tema, este tem sido palco de várias discussões em diversas esferas públicas nacionalmente e internacionalmente, em virtude de diversos fatores econômicos e sociais que limitam o acesso da população à alimentação adequada em quantidade e qualidade.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é bastante abrangente, por natureza interdisciplinar, que envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos.

Neste caso, trata-se de um tema complexo, por estar relacionado aos mais diferentes tipos de interesses e ser palco de grandes disputas. Para Valente (2010), é um conceito em construção, que está em constante evolução, na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade.

Neste sentido, o governo brasileiro tem promulgado políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de combater a fome e a desnutrição na população brasileira. Estas políticas visam garantir o direito à alimentação que, assim como todos os outros direitos humanos, é universal, indivisível e inalienável, sendo, portanto, um direito previsto na Constituição Federal. Para melhor compreensão acerca da construção do conceito deste tema, será abordado uma breve contextualização sobre a evolução histórica do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em âmbito internacional e no Brasil.

O termo segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa durante a primeira guerra mundial, no período que compreendia os anos de 1914 a 1918. O seu conceito nesta época tinha estreita ligação com o conceito de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma que razões políticas ou militares não interrompessem este acesso utilizando possíveis embargos, cercos ou boicotes (SANTOS, 2007).

Neste contexto, em 1943, quando milhões de europeus tiveram sua infra-estrutura agrícola destruída pelas guerras, ocorreram várias discussões acerca da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, atrelada a essa discussão, havia uma proposta de criar uma organização multigovernamental para o incentivo da agricultura e alimentação (HIRAI; ANJOS, 2007).

Diante dessa ideia, foi realizada nesse mesmo ano, a I Conferência Internacional sobre o tema, em Hot Spring, Arkansas, EUA. No entanto, a proposta de garantir um mecanismo de cotas e ajuda alimentar, semelhante ao do FMI, para que cada país pudesse reerguer sua produção alimentar de forma soberana, não foi aceita. Contudo, como

resultado de um amplo debate, cria-se em 1945 um organismo denominado Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (HIRAI; ANJOS, 2007).

As discussões acerca da segurança alimentar ser tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos ocorreu após a segunda Guerra Mundial (1939-1945), em especial, a partir da Constituição da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1945, o conceito se fortaleceu à custa de diferentes interesses (LEHMAN, 1996).

Neste contexto, no seio das recém-criadas organizações intergovernamentais (FAO e outros), era possível observar a tensão política entre os organismos que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano, e aqueles que entendiam que a Segurança Alimentar seria garantida por mecanismos de mercado como Instituições de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, entre outros (LEHMAN, 1996).

Inicialmente, considerava-se que a insegurança alimentar decorria da produção insuficiente de alimentos nos países pobres, neste entendimento, foi lançada uma experiência para aumentar a produtividade de alguns alimentos, associado ao uso de novas variedades genéticas, fortemente dependentes de insumos químicos, chamada de Revolução Verde (VALENTE, 2007).

Neste cenário, a Índia foi a escolhida para ser referência nas primeiras experiências, com um enorme aumento da produção de alimentos, sem nenhum impacto real sobre a redução da fome no país. No entanto, foram diagnosticadas as terríveis consequências ambientais, econômicas e sociais dessa estratégia, tais como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos (VALENTE, 2007).

A crise mundial de produção de alimentos, que se deu no início da década de 1970, contribuiu para que ocorresse em 1974 a Conferência Mundial de Alimentação, com vistas a identificar que a garantia da segurança alimentar teria que ser reformulada, passando por uma política de armazenamento estratégico e de ofertas de alimentos (VALENTE, 2007).

Diante destas mudanças ocorridas na reformulação da política, a ideia que se firmava era a de que não seria suficiente só produzir alimentos, mas também seria preciso garantir a regularidade do abastecimento. Neste período, o foco ainda estava diretamente ligado no produto, e não no ser humano, ficando a dimensão do direito humano em segundo plano (VALENTE, 2007).

Diante da crescente necessidade de discutir temas abrangentes, em setembro de 2000, foi realizada em Nova York a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, com a participação dos Chefes de Estado. O objetivo foi discutir e elaborar documentos que abrangeriam temas sociais tais como a redução da extrema pobreza e da fome; a universalização da educação fundamental; a redução da mortalidade infantil, materna e baixo peso ao nascer; a redução do HIV/AIDS e doenças endêmicas e a promoção da sustentabilidade.

Neste contexto, foi incorporada a nutrição nos objetivos, prioridades e metas, reconhecendo-a como fundamental para que o desenvolvimento e a superação da pobreza sejam alcançáveis e alcançados. Objetivos do Milênio de responsabilidade específica da Nutrição: reduzir o número de pessoas subnutridas à metade do nível atual até 2015, reduzir à metade a proporção de pessoas que passam fome, também até 2015, realização progressiva do direito humano à alimentação adequada (MACEDO et al., 2009).

No Brasil, a construção do atual conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi marcado por acontecimentos sociais e políticos que contribuirão para formulação, implementação e consolidação de políticas públicas de alimentação e nutrição.

Neste sentido, a conceitualização da SAN no Brasil representa um desafio para sua abordagem, especialmente levando em consideração que cada área de conhecimento envolvida, como economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras, tem sua própria perspectiva e expectativa na compreensão e utilização desse conceito, o que equivale a dizer que tem um marco teórico particular (KEPPLE; CORRÊA, 2011).



Destacam-se como principais marcos históricos relacionados a SAN os primeiros inquéritos alimentares realizados no Brasil por Josué de Castro em 1938, através de análises pioneiras e clássicas sobre o fenômeno da fome no Brasil. Foi a partir das conclusões destes estudos que se criou o Serviço Central de Alimentação, pelo decreto, Lei nº 1.469 de 1º de agosto de 1939 (MALUF et al., 1996).

Em 1985, o Ministério da Agricultura lança a proposta da Política Nacional de Segurança Alimentar, a construção dessa política ganha força a partir da realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, e da apresentação do Plano Nacional de Segurança Alimentar ao presidente Itamar em 1993, culminando na criação da Ação pela Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Em 1999, o Ministério da Saúde aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que integra os esforços do Estado Brasileiro que, através de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (Ministério da saúde).

Em 2003, é lançado o Programa Fome Zero no primeiro governo do presidente Lula. O lançamento do programa é, portanto, um marco nas políticas sociais, porque é a primeira vez que o Estado brasileiro assume a responsabilidade de comandar políticas públicas voltadas para combater a fome e a pobreza, ou seja, o Estado reconhece o caráter estrutural do problema e se empenha em combatê-lo pela raiz (COELHO; TAPAJÓS; RODRIGUES, 2010).

Diante da expansão de políticas e programas sociais que visam superar a pobreza e prover a inclusão, foi fundado em 2004 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome (MDS). Criado para integrar políticas e programas de combate às desigualdades sociais no Brasil com base na Estratégia Fome Zero – considerada prioridade do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o MDS tem atuado de forma integrada em prol da edificação de uma sociedade mais justa e solidária (COELHO; TAPAJÓS; RODRIGUES, 2010).

Em 2004, foi realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que pode ser compreendida segundo definição aprovada e incorporada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei nº 11.346 (BRASIL, 2006) SAN é definida como:

Art. 3º A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Neste contexto, Kepple (2011, p. 188) considera o conceito de SAN:

Um conceito bastante abrangente, por natureza interdisciplinar, que envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos. A definição brasileira se destaca por definir a SAN em termos de qualidade e quantidade de alimentos adequadas para toda a população, de todas as classes sociais, sem excluir, do âmbito de ações requisitadas, as classes menos carentes.

Em 2006, aprova-se a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança alimentar e Nutricional (SISAN). A aprovação desta Lei, além de permitir uma ampla discussão em relação à Segurança Alimentar e Nutricional, possibilitou a instauração do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), dentro de uma perspectiva brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável, que vem sendo discutida desde 1939 (MACEDO et al., 2009).

A Lei nº 11. 346, (BRASIL, 2006), estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(SISAN), por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Segue os pontos principais desta lei:

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

O direito à alimentação é um direito recentemente incluído na Constituição Federal. Passou a figurar como direito social no Artigo 6º da Constituição Federal, após a Emenda Constitucional 064/2010, que incluiu o direito à alimentação entre os direitos sociais individuais e coletivos: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Neste sentido, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é constituído como um dos Direitos humanos fundamentais previstos no ordenamento jurídico nacional e internacional, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Este direito, portanto é reconhecido pelas normas internacionais, que o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome, é pré-requisito para realização de outros direitos humanos (VALENTE *et al.*, 2007).

### **3. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para educação profissional e tecnológica em curso, programas foram criados e ações foram desenvolvidas para alcançar novas conquistas.

Sobre os Institutos, Brasil (2010, p. 11) estabelece: “Em dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela transformação e integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas e escolas técnicas”.

Os Institutos Federais apresentam um novo modelo de educação profissional, que oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, dentre outros, a oferta de curso varia de acordo com os Campi e sua territorialidade e são importantes e fundamentais para efetivação da política de desenvolvimento socioeconômica do país, a qual tem como alicerce, a educação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), e foi criado por meio da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Hoje, o IFTO possui oito campi e três *Campi* avançados em pleno funcionamento, além de dezesseis polos de educação a distância.

Oficialmente inaugurada em 04 de abril de 2003, a Escola Técnica Federal de Palmas tem a capacidade para atender mais de 3.000 alunos. Teve sua pedra fundamental lançada em abril de 1993, no mesmo ano de sua criação, pelo então presidente Itamar Franco.

A Escola Técnica Federal de Palmas surgiu através de um projeto idealizador do Governador Siqueira Campos e de uma equipe de professores da antiga Escola Técnica Federal de Goiás em 1989. Através da Lei 310/91, o então Governador do Estado de Tocantins, Moisés Nogueira Avelino, autorizou a primeira doação de uma área para construção da ETF – Palmas. Em 18 de abril de 1993, o Prefeito Eduardo Siqueira Santos

lançou a pedra fundamental. E, em 30 de junho, através da Lei nº 8.670/93, o presidente Itamar Franco criou a Escola. Por meio do decreto nº2980/MEC, de 21 de dezembro de 1998, a ETF de Palmas tornou-se Autarquia Federal.

O campus Palmas instituiu o programa de assistência estudantil baseado no Decreto 7.234 (BRASIL, 2010), o qual estabelece que o eixo de assistência e apoio ao estudante atenderá prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo.

O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Tocantins – IFTO é destinado aos discentes regularmente matriculados, que possuam renda per capita de até um salário mínimo e meio vigente – conforme definido pelo Decreto 7.234 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, a fim de garantir a permanência dos estudantes na instituição durante os anos de formação acadêmica.

Por meio do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, instituído em maio de 2011, foi implantada a Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.

No referido ano, criou-se um conjunto de ações voltadas ao atendimento aos estudantes regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Estas ações visam a permanência e o êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria de desempenho acadêmico e podem ser elencadas da seguinte forma: Auxílio Transporte; Auxílio Alimentação; Auxílio Moradia; Auxílio Material Didático; Auxílio Uniforme; Auxílio Pais–Estudantes (Creche); Auxílio Emergencial; Assistência Médica, Nutricional, Odontológica e Psicossocial; Arte, Cultura, Esporte e Lazer, e o Auxílio de Formação Profissional (Estudante Colaborador).

O programa de assistência estudantil no IFTO foi aprovado pela resolução N° 4 (BRASIL, 2011) e pelo conselho superior em 30/06/2011, no Capítulo I foram incluídos os seguintes artigos:

Art. 1º – O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, doravante denominado IFTO, é um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFTO nas modalidades: ensino médio (PROEJA, médio integrado, concomitante e subsequente) e superior (bacharelado, tecnólogo e licenciatura); visando à permanência e êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e de qualidade de vida.

Art. 2º – O Programa de Assistência Estudantil do IFTO atende ao Decreto 7.234/2010 e será regido pelos seguintes princípios:

- I – divulgação ampla dos benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso;
- II – igualdade de condições para o acesso e permanência no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;
- III – supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas;
- IV – defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- V – gratuidade do ensino de qualidade.

Dentre os objetivos instituídos pelo PNAES, o mesmo determina que este deve democratizar as condições de permanência dos estudantes na instituição, reduzir as taxas de evasão e retenção; melhorar o desempenho estudantil, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e incentivar a melhoria na qualidade de vida.

O PNAES no IFTO determina que as ações que nortearão o programa deverão obedecer ao quantitativo de estudantes que serão beneficiados e que dependerá preponderantemente dos recursos orçamentários disponíveis no *Campus*, as ações a serem implantadas em cada *Campi* serão aquelas que a comunidade escolar julgar mais relevantes, que atendam às reais necessidades dos estudantes da região onde o *campus* é sediado.

Atualmente, o campus Palmas dispõe de uma comissão de assistência estudantil composta por uma equipe multidisciplinar: nutricionista, assistentes sociais, psicólogas, assistentes de aluno, bibliotecários e pedagogos, que são responsáveis pela execução do programa, no que diz respeito ao planejamento, à coordenação, execução e consolidação da política de assistência estudantil no âmbito do campus Palmas.

### 3.1 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PNAES NO IFTO

Os recursos financeiros, que serão destinados ao financiamento dos Programas contidos na Política de Assistência Estudantil, nesses institutos vinculados à rede federal de educação, têm origem no Orçamento do Instituto Federal do Tocantins, através do Programa de Assistência ao Educando da Educação Profissional, que ocorre conforme estabelecido pelo Decreto 7.234, o qual determina que os recursos para o PNAES sejam repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil.

Contudo, cabe salientar que a análise feita neste trabalho é restrita aos valores das verbas orçamentárias para o programa, ou seja, apenas uma previsão orçamentária, o que não garante que esses recursos, ao final do exercício fiscal, foram mesmos executados na sua totalidade, e numa observação superficial demonstraria uma ineficiência na execução do recurso.

O crescimento do volume orçamentário, assim como a evolução do aporte orçamentário para atendimento do PNAES no IFTO, pode ser verificado com base na Tabela e Gráfico a seguir:

Quadro 5: Evolução orçamentária de recurso do PNAES para o

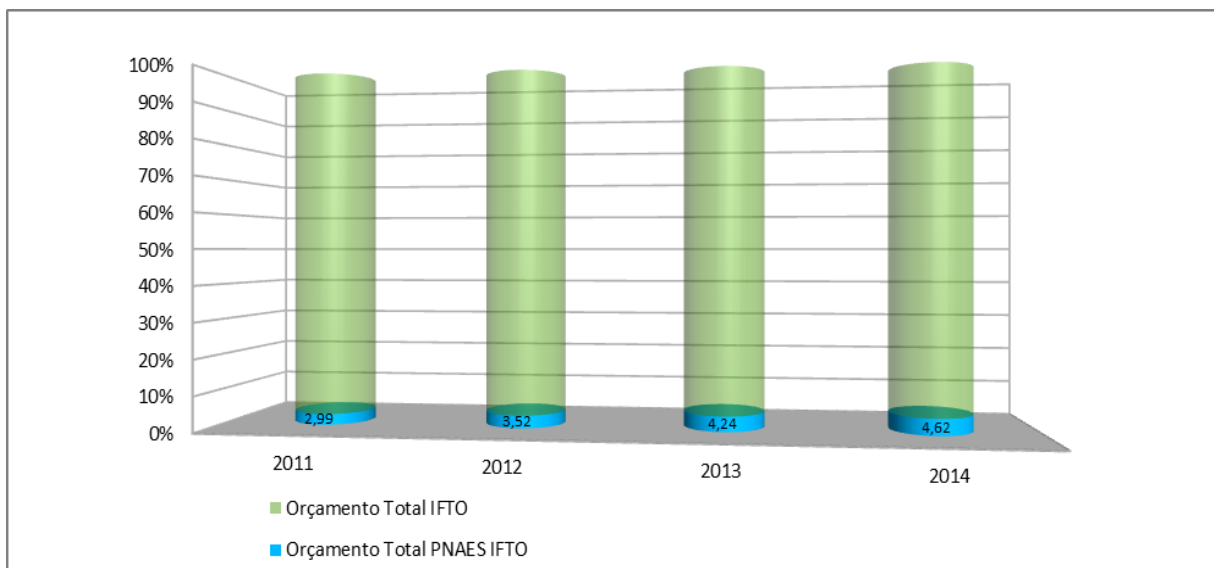
Ano	Total de Recursos	% Variação
2011	R\$ 2.024.663,40	-
2012	R\$ 3.141.643,00	55,17
2013	R\$ 4.590.447,00	46,12
2014	R\$ 6.810.347,00	48,36

Fonte: IFTO/Proad/Matriz Orçamentária(2014)



Considerando o intervalo de 2011 a 2014, do volume de recursos destinados ao PNAES direcionado para o IFTO, constata-se uma variação ascendente do repasse em relação ao ano anterior e, ao considerar o início e o término do período analisado, verifica-se uma elevação de aproximadamente 236% dos recursos destinados ao programa.

Gráfico 01: Participação do PNAES em relação ao orçamento do IFTO – 2011 a 2014



Fonte: IFTO/Proad/Matriz Orçamentária

Nesse sentido, a expectativa orçamentária em relação ao PNAES é de recursos crescentes de forma a assegurar a continuidade e ampliação das ações institucionais, tendo como objetivo atender uma demanda cada vez mais elevada de alunos ingressantes, em função das políticas governamentais de ampliação do acesso ao ensino, e que necessitam de suporte, como nas mais variadas formas e ações, a fim de que os estudantes contemplados pelo PNAES tenham condições acadêmicas e qualidade de vida para concluir seu curso com êxito e dentro dos prazos regulamentares.

Portanto, cabe ao IFTO, a execução dessa política pública, através da correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do PNAES, buscando, assim, a conciliação entre a permanente busca por qualidade acadêmica e o cumprimento de seus objetivos sociais.

### 3.2 O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO IFTO – CAMPUS PALMAS

O Auxílio-Alimentação está inserido no PNAES e é destinado aos estudantes do campus Palmas. Este auxílio consiste na concessão de refeição diária no restaurante acadêmico do campus, durante o semestre letivo.

O objetivo principal do auxílio-alimentação é oferecer alimentação saudável e balanceada a fim de melhorar a qualidade de vida e elevar o desempenho cognitivo dos alunos. No campus Palmas o auxílio-alimentação possui duas modalidades:

- Auxílio parcial: destinado a todos os estudantes regularmente matriculados no IFTO – Campus Palmas.
- Auxílio integral: destinados exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, comprovada através de edital de seleção.

O Restaurante Acadêmico (RA) foi projetado tendo como pressuposto a necessidade dos estudantes de se alimentarem no campus, considerando que a maior parte deles estuda em turno integral, reside distante da instituição e depende de ônibus para se locomover.

Considerado como um mecanismo de assistência estudantil, o objetivo principal do RA é prestar atendimento por meio da distribuição de refeições balanceadas e de qualidade, a baixo custo, promovendo também ações de educação alimentar voltadas à segurança nutricional, gerando novas práticas e hábitos alimentares saudáveis, colaborando com a eficiência no processo ensino-aprendizagem, no intuito de garantir aos estudantes permanência e conclusão dos cursos.

Atualmente a refeição ofertada no RA é produzida por uma empresa terceirizada que presta serviços ao IFTO – campus Palmas, mediante o Contrato de Concessão Administrativa de uso de bem público, garantido através de licitação. A gestão do contrato de licitação do RA é realizada pela nutricionista do campus.

No processo inicial de implantação, o auxílio-alimentação era transferido diretamente na conta bancária dos estudantes beneficiados com o auxílio, no entanto, durante o período da concessão do auxílio, observou-se uma demanda pequena de beneficiados no uso do restaurante universitário, não sendo possível mensurar se realmente o dinheiro destinado ao auxílio estava sendo utilizado segundo a sua finalidade.

Neste sentido, o responsável pelo gerenciamento do auxílio, em conjunto com outros servidores, propôs outro mecanismo de repasse deste auxílio, a partir daí, foi criado um sistema em que o aluno gera o Ticket alimentação on-line, e a empresa responsável pelo RA no Campus atesta o ticket, fornecendo automaticamente a alimentação aos estudantes.

A concessão do auxílio-alimentação no campus segue as diretrizes do Regulamento do PNAES que determina os critérios de concessão e utilização do auxílio (BRASIL, 2014):

- Consiste na concessão de auxílio financeiro para a refeição diária, preferencialmente no refeitório do *Campus*, durante o semestre letivo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- No *Campus* onde houver refeitório mantido por recursos de custeio, poderão ser adquiridos gêneros alimentícios com o recurso da assistência estudantil até o limite do valor, previamente determinado em reunião com os representantes dos segmentos estudantis do *Campus*.
- No *Campus* onde não houver restaurante ou refeitório mantido pelo IFTO o estudante receberá um Auxílio Alimentação.
- O valor do auxílio poderá ser repassado diretamente ao estudante por meio de ordem bancária/depósito em conta referente aos dias letivos, para ser utilizado exclusivamente na aquisição de refeições.

A seleção dos estudantes para o benefício do auxílio-alimentação do Programa de Assistência Estudantil é realizada por meio de edital, com critérios e normas estabelecidos pela comissão de assistência estudantil, obedecendo aos critérios do PNAES. O processo de

seleção possui várias etapas e é realizado durante o início do ano letivo e, quando há demanda e recurso financeiro disponível, também no segundo semestre do ano letivo.

Segundo o setor de serviço social, o auxílio-alimentação tornou-se a maior demanda em relação aos demais auxílios. O aumento da procura pelo benefício foi identificado a cada processo seletivo por meio das fichas sociais de inscrição. Neste sentido, a cada edital foi evoluindo a quantidade de auxílios ofertados.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A avaliação de políticas sociais tem tido grande relevância atualmente. Neste contexto, Franco (2010, p. 19) considera que "o planejamento de uma avaliação deve ter como base a compreensão do que é uma boa avaliação. Um bom planejamento deve levar em consideração de que forma a avaliação afetará o objeto avaliado".

Em relação ao objeto da avaliação, aspectos como valores, as preocupações e as percepções dos interessados devem ser levados em consideração, pois, somente desta forma cumpre seu papel como facilitadora de um processo de fortalecimento do seu objeto de atenção e intervém reforçando potencialidades e sucessos, em vez de meramente registrar dificuldades e fracassos (FRANCO, 2010).

No sentido de avaliar a eficácia do auxílio-alimentação da política de assistência estudantil, no âmbito do IFTO – Campus Palmas e sua adequação às necessidades dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando as especificidades da Instituição e dos estudantes contemplados com o referido auxílio, objetivou-se a realização desta pesquisa caracterizada como pesquisa social.

Segundo Gil (2008), a pesquisa social pode ser definida como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Neste contexto o objetivo deste item é explicar que procedimentos metodológicos foram utilizados para elaboração deste trabalho, delimitando o tipo de pesquisa a ser aplicado, as formas de investigação do objeto e técnicas utilizadas para coletas e análises de dados.

#### 4.1 TIPO E METODOLOGIA DE PESQUISA

Em relação à sua natureza, a presente pesquisa pode ser classificada como pesquisa aplicada. Segundo Gil (2008), esta pesquisa tem como característica fundamental produzir conhecimento para uma aplicação imediata em uma realidade específica, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Neste sentido, o presente trabalho pretende buscar soluções que possam contribuir para a política de assistência estudantil do IFTO – campus Palmas, no sentido de garantir a permanência dos estudantes na instituição e conclusão dos cursos com êxito.

A pesquisa utilizada neste trabalho será de abordagem descritiva, qualitativa e quantitativa. Através desta abordagem é possível observar, registrar e analisar os fenômenos e a frequência com que acontecem.

A pesquisa do tipo descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Nestas pesquisas destacam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental, entre outras (GIL, 2008).

Em referência à pesquisa qualitativa, esta pesquisa abrange uma investigação em campo, em que as descrições fazem parte da particularidade do ambiente pesquisado, dos significados das relações sociais vivenciadas em uma cultura específica e das subjetividades expressadas pelos sujeitos. Dessa forma:

A pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo às questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, crenças e valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que podem não ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

De acordo com Gunther (2006), a pesquisa qualitativa é também caracterizada por um espectro de métodos e técnicas, adaptados ao caso específico, ao invés de um método

padronizado único. Neste caso, ressalta-se que o método utilizado deve-se adequar ao objeto de estudo.

Em relação às pesquisas quantitativas, que são mais objetivas, visam descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades; esta pesquisa, ao contrário, preocupa-se com o mensurável, com o observável e materialmente manipulável. Alguns exemplos são o uso da experimentação, da matemática, da estatística. Exemplos: número de visitas realizadas, idade, número de internações, quantidade de meninos em situação de rua, etc. (MARCONI; LAKATOS, 2004).

Desta forma, é permitido a utilização de técnicas, como, por exemplo, aplicação de questionários e entrevistas a fim de se obter informações. Acredita-se que os problemas diagnosticados podem ser resolvidos e práticas podem ser melhoradas, por meio da descrição e análise de observações objetivas e diretas (CERVO; BERVIAN, 2002).

## 4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Em razão da limitação de se realizar a avaliação nutricional e entrevista, foram convidados a participar da pesquisa apenas os estudantes beneficiados com o auxílio formação profissionais (bolsistas colaboradores), que também possuíam o auxílio alimentação, em virtude de estes obrigatoriamente estarem na instituição no mínimo em dois turnos.

Desta forma, a pesquisa contemplaria maior quantidade de pesquisados, teria a abrangência de vários cursos ofertados pela instituição, de forma a possibilitar uma amostragem de todos os turnos: matutino, vespertino e noturno.

O convite a participar da pesquisa foi feito durante as reuniões que ocorreram com os estudantes colaboradores, embora se esperasse um número maior de participantes, apenas trinta estudantes se dispuseram a participar da pesquisa.

### 4.3 TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, histórica e descritiva, compondo uma análise qualitativa. Inicialmente, buscaram-se informações na legislação existente sobre a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, a partir do histórico da assistência estudantil no país. Logo, foram realizadas consultas nos regimentos, normatizações e diretrizes para concessão do auxílio.

Em consonância, foi realizada uma pesquisa documental no Setor de Serviço Social do IFTO – Campus Palmas, a fim de se buscar a evolução do auxílio estudantil no campus. Esta pesquisa evidenciou as ações previstas pelo auxílio alimentação, através do Programa de Assistência Estudantil, no que se refere aos objetivos propostos pelo programa.

Os instrumentos de coleta de dados foram o questionário de avaliação nutricional, e a avaliação nutricional através dos instrumentos: balança e estadiômetro. Utilizou-se como referência o Índice de Massa Corporal.

Para verificar as possíveis contribuições do auxílio-alimentação, definiu-se, como procedimento metodológico, a entrevista semiestruturada, pois esta “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (TRIVIÑOS, 2008, p. 152).

A entrevista semiestruturada possuía um roteiro de questões previamente estabelecido (Apêndice A), com perguntas abertas e fechadas. De acordo com Triviños, este tipo de entrevista:

[...] parte de questionamentos básicos, fundamentado nas teorias e nas hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo-lhe uma diversidade de interrogativas a partir das respostas dos entrevistados (informantes), ou seja, no momento que o informante, seguindo espontaneamente a sua linha de pensamento, responde os questionamentos feitos pelo investigador, esta resposta poderá gerar uma série de novos questionamentos e a partir desse momento o informante passa a participar da elaboração do conteúdo questionado pela pesquisa. (TRIVIÑOS, 2008, p.146)



A avaliação nutricional e entrevistas ocorreram após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas.

Segundo Triviños (2008), a entrevista semiestruturada evidencia a participação do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite que o entrevistado tenha liberdade e espontaneidade nas suas respostas. Tal modelo de entrevista possui perguntas básicas/guias, no entanto, não se restringe a elas.

A avaliação nutricional e as entrevistas ocorreram de forma individual na sala do Setor de Nutrição, previamente agendadas, de acordo a disponibilidade de horários dos estudantes, de 08:00 às 12:00 e das 18:00 às 21:00 horas.

#### 4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para o enriquecimento da análise e discussão dos resultados, neste trabalho são apresentados dados acadêmicos relacionados às abordagens. Os assuntos discutidos serão acrescidos de materiais bibliográficos.

Os dados coletados foram tratados de acordo sua especificidade qualitativa ou quantitativamente, de acordo com a especificidade dos itens dos instrumentos de coleta.

Para análise e tabulação dos dados quantitativos, foi utilizada Estatística Descritiva, envolvendo a elaboração de gráficos, tabelas e quadros comentados individualmente.

Após a coleta, os dados qualitativos foram transformados para sistematização, análise e interpretação das categorias, por meio da proposta teórico-metodológica de análise de conteúdo.

[...] a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto [...] o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente) (MINAYO, 2003, p. 74).

Segundo Bardin a análise de conteúdo:

[...] é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Segundo a autora, a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. A análise do conteúdo é definida como um método empírico (BARDIN, 2011, p. 15)

A utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a inferência e a interpretação, neste caso, as categorias podem ser criadas *a priori* ou *a posteriori*, isto é, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados (BARDIN, 2011).

A metodologia proposta e executada permitiu a avaliação do auxílio-alimentação, e se este tem sido um mecanismo de assistência estudantil que contribua para a permanência dos estudantes do IFTO – Campus Palmas.

#### 4.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Em primeira instância buscou-se autorização para a realização dessa pesquisa junto a Direção Geral do IFTO Campus Palmas, para quem foi apresentado o resumo do projeto, além de informações sobre a importância dessa pesquisa para a Instituição, bem como os aspectos éticos e o sigilo das informações coletadas individualmente.

Em seguida o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Tocantins, sob o parecer nº 088/2015.

A coleta de dados será conformidade com as normas de ética da Resolução 466/12 do CONSELHO NACIONAL de Saúde, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi utilizado para registro da anuência dos envolvidos no estudo. No qual os participantes foram informados que sua participação não lhes causaria danos ou prejuízos de qualquer ordem e de seu direito à desistência caso não se sintam à vontade para participar da pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. Inicialmente, será traçado o perfil dos estudantes beneficiados com o auxílio-alimentação do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas, que participaram das entrevistas.

Foram considerados como principais pontos de análise do perfil dos estudantes da amostra: sexo, faixa etária, estado civil e situação socioeconômica da família. Posteriormente, serão apresentados os dados da pesquisa referentes ao auxílio-alimentação e, a seguir, o perfil nutricional dos estudantes da amostra.

A análise da pesquisa foi feita em conformidade com os dados quantitativos e qualitativos, colhidos através das entrevistas com perguntas fechadas e abertas. Com base nos dados obtidos, foram elaborados gráficos e tabelas que serão apresentados e comentados a seguir.

O quadro abaixo dispõe sobre os estudantes que participaram da pesquisa segundo o curso e nível de ensino. Os nomes apresentados são fictícios, como forma de manter a privacidade dos mesmos.

Quadro 6 – Relação dos estudantes entrevistados segundo o curso.

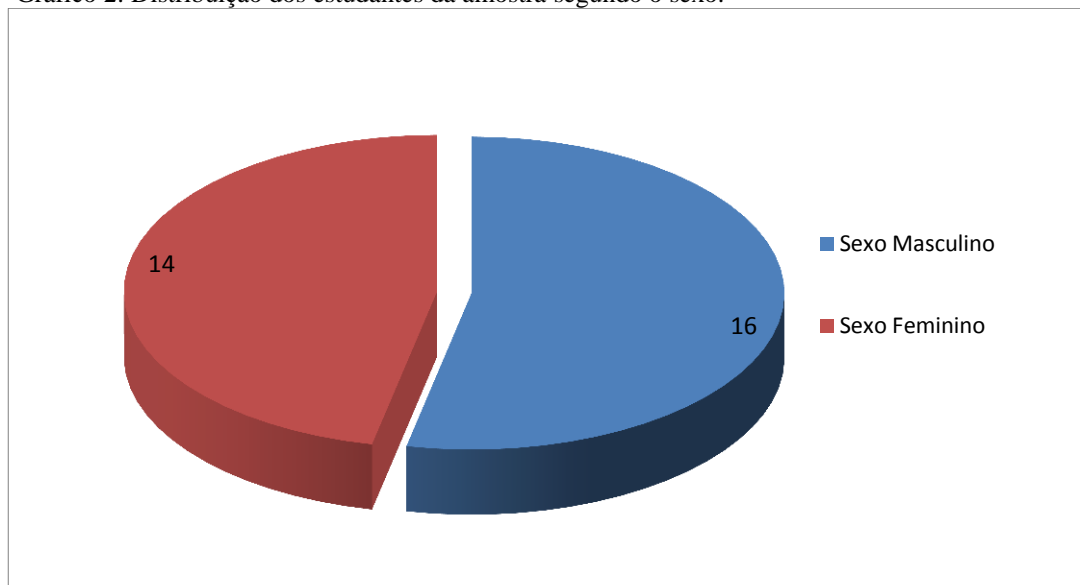
<b>Aluno (a) (Nome fictício)</b>	<b>Curso</b>	<b>Nível de Ensino</b>
Antônio	Administração	Ensino Médio Integrado ao Técnico
Alceu	Mecatrônica	Ensino Técnico Subsequente
Aline	Educação Física	Ensino Superior
Bernardo	Educação Física	Ensino Superior
Carlos	Gestão Pública	Ensino Superior
Daniel	Proeja	Ensino de Jovens e Adultos
Ester	Eletrotécnica	Ensino Técnico Subsequente
Fabricio	Engenharia Civil	Ensino Superior
Fernando	EMI Agrimensura	Ensino Médio Integrado ao Técnico
Gabriela	Proeja	Ensino de Jovens e Adultos
George	Técnico em Eletrotécnica	Ensino Técnico Subsequente
Helena	Agronegócio superior	Ensino Superior
Igor	Física	Ensino Superior

Iago	Agronegócio superior	Ensino Superior
Ingrid	Agronegócio superior	Ensino Superior
Jaciara	Técnico em secretariado	Ensino Técnico Subsequente
Josefa	Técnico em agrimensura	Ensino Técnico Subsequente
Leandra	EMI – Agronegócio	Ensino Médio Integrado ao Técnico
Laís	Física	Ensino Superior
Luana	Física	Ensino Superior
Manoel	Técnico em Informática	Ensino Técnico Subsequente
Maurício	Educação Física	Ensino Superior
Paula	EMI – Mecatrônica	Ensino Médio Integrado ao Técnico
Patrícia	Técnico em Eletrotécnica	Ensino Técnico Subsequente
Rogério	Física	Ensino Superior
Ruan	Segurança do trabalho	Ensino Técnico Subsequente
Saulo	Agronegócio superior	Ensino Superior
Samantha	Agronegócio superior	Ensino Superior
Sandro	Matemática	Ensino Superior
Suelen	Técnico em secretariado	Ensino Técnico Subsequente

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram convidados a participar os bolsistas colaboradores de diferentes níveis de ensino que o IFTO – Campus Palmas oferta, sendo que a maior concentração ocorreu no nível Superior (15) seguido do Técnico subsequente (9) Ensino médio integrado (4) Ensino de Jovens e adultos (2).

Gráfico 2: Distribuição dos estudantes da amostra segundo o sexo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme gráfico 2, dos 30 entrevistados, 16 correspondem ao sexo masculino e 14 ao sexo feminino. Observa-se um equilíbrio entre os sexos que participaram da pesquisa.

No que se refere ao estado civil, compreende-se que a maioria dos bolsistas se encontra solteiro, totalizando 93% de bolsistas solteiros versus 7% de casados.

Quadro 7 – Distribuição dos estudantes da amostra segundo a faixa etária.

<b>Idade</b>	<b>Quantidade de respondentes</b>
Até 17	0
18 a 24	22
25 a 32	3
33 a 39	1
40 a 47	1
48 a 54	2
55 a 70	1
Acima de 70	0
Total	30

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do resultado no quadro 7, é possível observar que as idades dos estudantes expressam bastante variação, que se dá em virtude do campus Palmas ofertar várias modalidades de ensino como: ensino médio, técnico, proeja e superior.

Considera-se, diante deste resultado, que a faixa etária dos estudantes pesquisados concentra-se entre 18 a 24 anos, já que 22 alunos encontram-se nesta opção, sendo este o total de entrevistados maior em relação às demais faixas etárias, o que indica que a maioria deles é jovem e que, possivelmente, cursa o ensino médio integrado ao técnico ou recém ingressou no ensino superior.

Quadro 8 – Distribuição dos estudantes da amostra segundo a renda bruta familiar (Em salários Mínimos) – SM.

<b>Renda</b>	<b>Quantidade de respondentes</b>
Não possui renda	1
Até 1/2 SM	2
Até 1 SM	12
Acima de 1 até 2 SM	9
Acima de 2 até 4 SM	5
Acima de 4 até 6 SM	1
Acima de 6 até 10 SM	0
Entre 10 e 20 SM	0
Acima de 20 SM	0
Total	30

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a classificação dos estudantes por renda familiar no quadro 8, detecta-se que a maioria das famílias, (12), recebe até um salário mínimo e que nove (9) delas recebem acima de um até dois salários mínimos. Esses dados levantados apontam para o fato de as famílias destes estudantes possuírem baixa condição socioeconômica.

Diante deste aspecto, pode-se afirmar que o Programa de Assistência Estudantil no IFTO – Campus Palmas atingiu o público-alvo deste programa ao contemplar os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

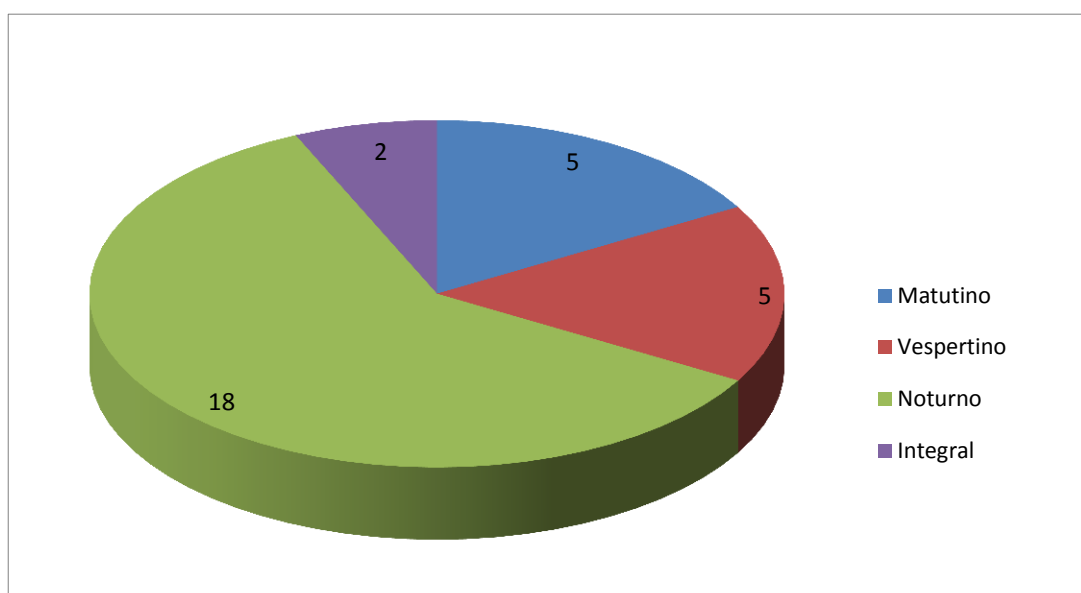
Quadro 9 – Distribuição dos estudantes da amostra segundo o curso em que está matriculado.

Ensino	Curso	Quantidade de respondentes
Médio	Administração	1
	Agrimensura	1
	Agronegócio	1
	Mecatrônica	1
	Proeja	2
Técnico	Eletrotécnica	3
	Mecatrônica	1
	Secretariado	2
	Agrimensura	1
	Informática	1
	Segurança do trabalho	1
	Educação Física	3
Superior	Gestão pública	1
	Engenharia civil	1
	Agronegócio	5
	Física	4
	Matemática	1
	Total	

A partir dos dados apresentados no quadro 9, verifica-se que os estudantes da amostra estão distribuídos em vários cursos ofertados pelo IFTO – Campus Palmas, no ensino médio dois (02) estão concentrados no Proeja; seguido de um (01) na Administração, um (01), um (01) Agronegócio, um (01) Mecatrônica. No ensino técnico subsequente três (03) estão concentrados em Eletrotécnica; seguido de dois (02) em

Secretariado; um (01) em Mecatrônica; um (01) em Agrimensura; um (01) na Informática (1); e um (01) em Segurança do trabalho. No Ensino Superior estão concentrados da seguinte forma: cinco (05) em Agronegócio; quatro (04) em Física; três (03) em Educação Física; um (1) em Gestão pública (1); um (01) em Engenharia civil; e um (01) em Matemática.

Gráfico 3: Distribuição dos estudantes da amostra de acordo o turno em que estudam.

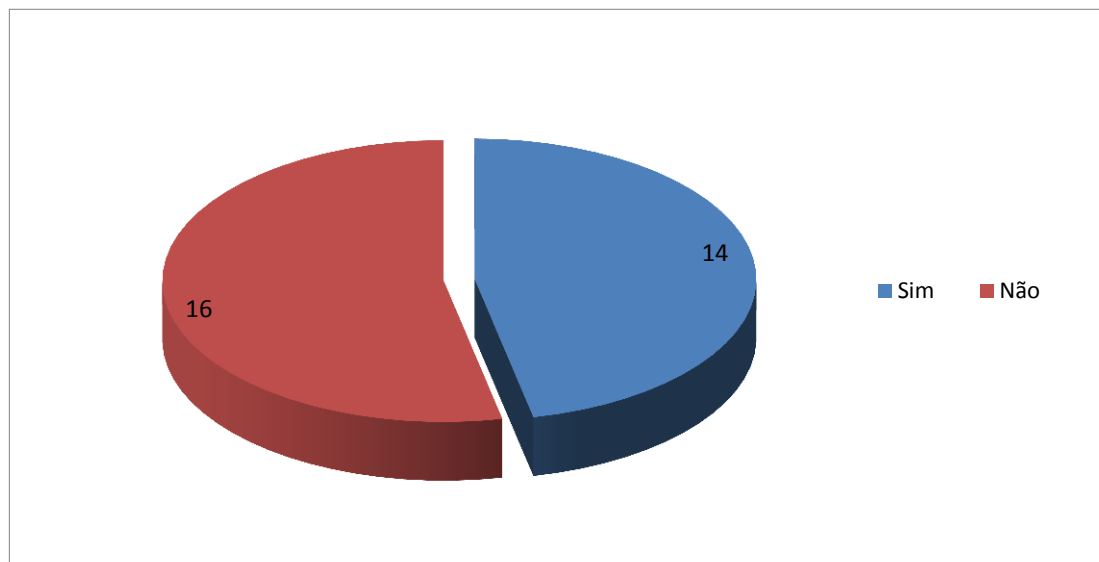


Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao turno que os alunos entrevistados estudam, no gráfico 3 é possível verificar que mais da metade dos respondentes (18) estudam no turno noturno; no turno matutino (5); turno vespertino; e (2) em período integral.



Gráfico 4: Conhecimento dos estudantes da amostra sobre o PNAES.



Fonte: Dados da pesquisa.

No gráfico 4, é possível observar que a maioria dos entrevistados, (16), informou ter conhecimento do Programa de Assistência Estudantil; enquanto (14) informou desconhecer o programa. Esses dados apresentados são relevantes, considerando que o programa é destinado a todos os estudantes, principalmente, para os que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste caso, observa-se a necessidade de melhorar a divulgação do programa de assistência estudantil no campus Palmas, a fim de que os objetivos propostos pelo programa sejam alcançados como a garantia do direito ao acesso e permanência dos estudantes bem como a conclusão dos cursos com êxito.

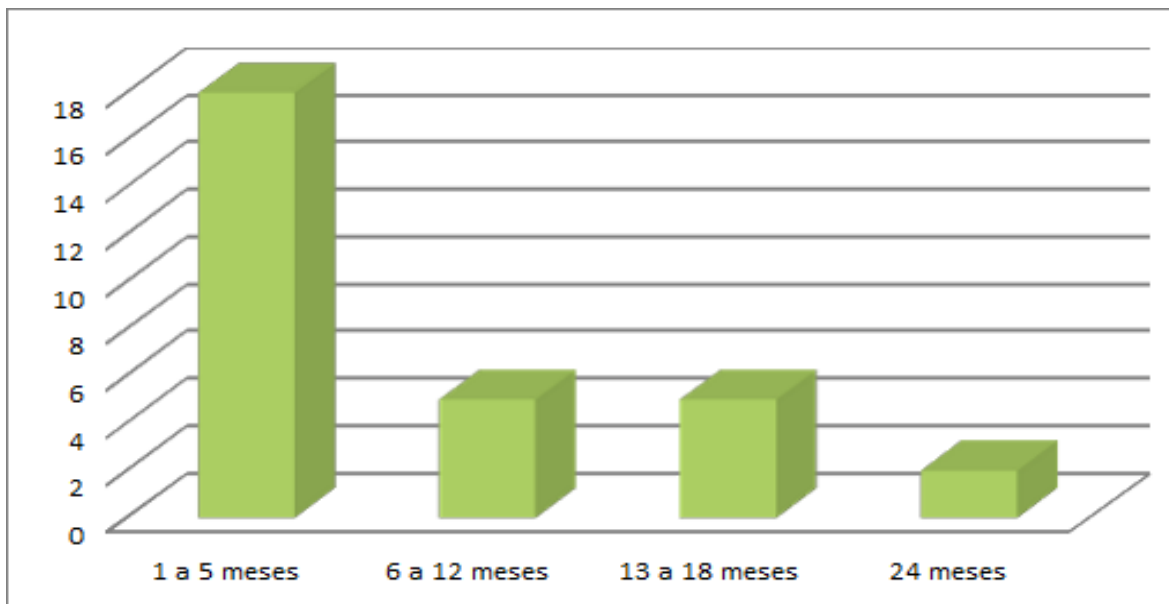
Quadro 10 – Motivo da escolha do auxílio alimentação.

Motivo	Quantidade de respondentes
Estudar em turno integral	1
Estudar em turno integral e trabalhar no campus	4
Baixa condição socioeconômica	11
Outros	11
Total	30

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no quadro 10 expressam que a baixa condição socioeconômica da maioria dos entrevistados e a diminuição dos custos correspondem às principais razões de escolha do auxílio-alimentação por parte dos estudantes da amostra.

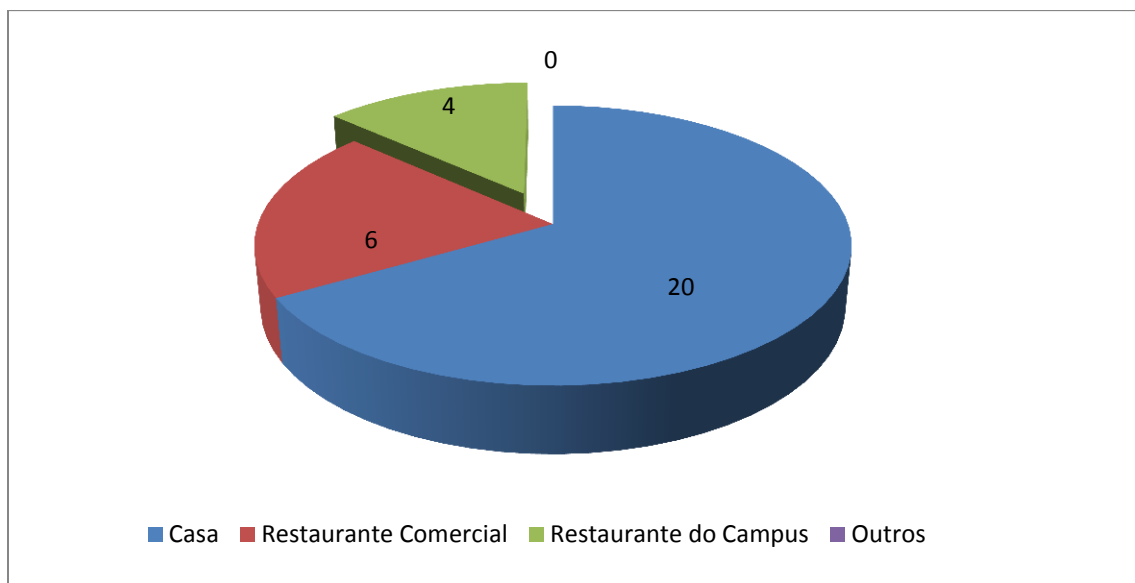
Gráfico 5: Período de concessão do auxílio-alimentação.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados no gráfico 5, conclui-se que a maior parte dos estudantes entrevistados foi beneficiada recentemente com o auxílio-alimentação, no período de 1 a 5 meses (18), seguido de 6 a 12 meses (5), 13 a 18 meses (5) e 24 meses (2).

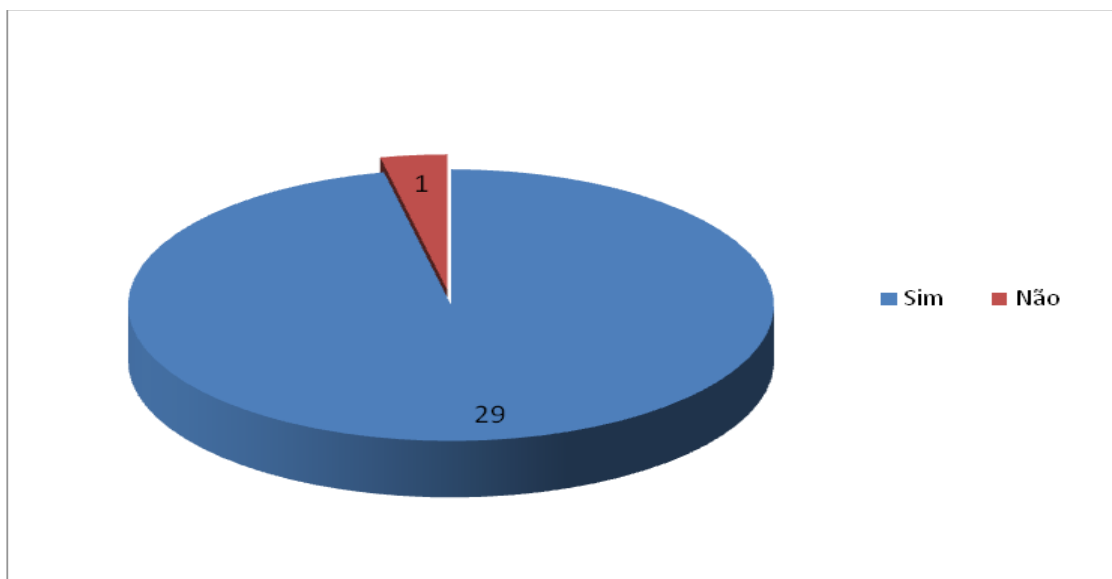
Gráfico 6: Distribuição dos estudantes da amostra segundo o local em que se alimentava antes de ser beneficiado com o auxílio-alimentação.



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os dados apresentados no gráfico 6, observa-se que o local onde os estudantes entrevistados se alimentavam com maior frequência era a residência domiciliar (20), seguido do restaurante comercial (6) e restaurante do campus (4).

Gráfico 7: Percepção dos estudantes sobre as mudanças na rotina escolar após o auxílio-alimentação.



Fonte: Dados da pesquisa.

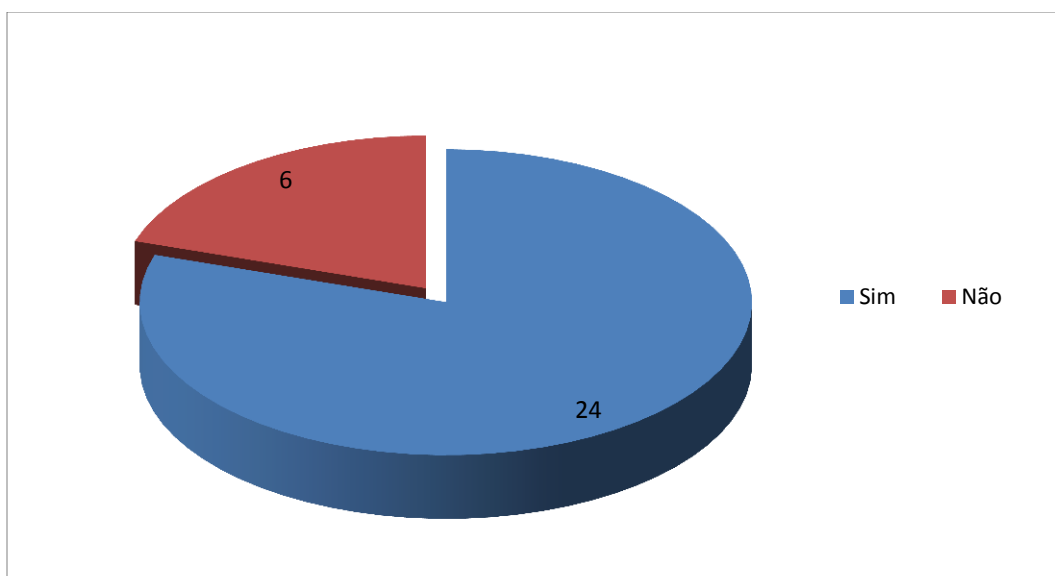
De acordo os dados apresentados no gráfico 7, conclui-se que, praticamente, a totalidade dos entrevistados, 29 deles, considera que houve mudanças na rotina escolar após terem sido beneficiado com o auxílio-alimentação; enquanto apenas um (1) estudante considera que não houve mudanças na rotina escolar após o benefício adquirido. Seguem alguns depoimentos que mostram a percepção de alguns estudantes:

“Para mim mudou muito minha rotina na instituição, até minha motivação, pois antes de ter o auxílio-alimentação tinha que me preocupar o que ia comer em casa quando chegasse, agora não”.

“Minha rotina mudou completamente porque hoje me programo para passar o dia no campus, pois como tem o restaurante e tenho o auxílio, não preciso me preocupar com alimentação, hoje tenho mais tempo para utilizar os serviços que o instituto oferece como a biblioteca”.

“Ter oportunidade de se alimentar no campus com certeza, dar mais ânimo para ficar estudando, minha rotina mudou porque hoje fico mais tempo no instituto”.

Gráfico 8: Percepção dos estudantes da amostra em relação ao rendimento escolar.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados no gráfico 8, observa-se concordância entre a maioria os entrevistados, totalizando 24 deles, que considera a alimentação ofertada no campus como fator de melhoria em seu rendimento escolar; enquanto o restante, seis (6) dos entrevistados, não acredita que a melhoria do rendimento escolar esteja associada ao benefício adquirido.

Neste contexto, através das falas dos estudantes é possível observar que vários fatores podem estar relacionados ao rendimento dos estudantes, como a frequência às aulas, as notas escolares, restaurante no campus e a oferta de uma alimentação de qualidade.

Conforme relatos dos estudantes, o restaurante do campus também pode ser considerado um mecanismo de assistência estudantil para garantir sua permanência na instituição, pois, sem este ambiente, seria muito difícil dispor de uma refeição adequada e também do benefício do auxílio-alimentação:

“Através do restaurante do campus é possível se ter uma alimentação saudável, pois o cardápio oferecido é bastante variado, tem salada e verduras todos os dias e as vezes frutas também, jamais poderia arcar com uma refeição dessa nem em casa nem pagando em outro restaurante”.

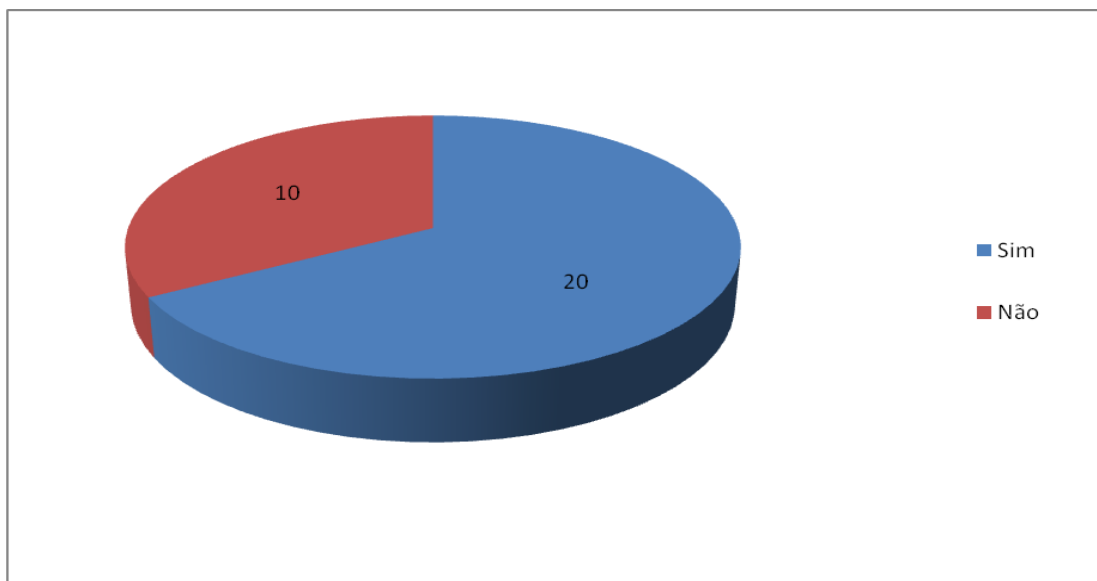
Neste sentido, o rendimento escolar dos estudantes seria afetado em virtude da falta da alimentação e dos nutrientes presentes nos alimentos, colaborando para fadiga, cansaço, fraqueza e dificuldade de concentração, durante o período letivo. Seguem relatos que demonstram este fato:

“Meu rendimento escolar melhorou muito, minhas notas e frequência também, pois tinha muita dificuldade de prestar atenção às aulas, pois após terminar meu expediente no setor do campus tinha que ir correndo para a aula e como nem sempre tinha dinheiro para comer, o jeito era ficar com fome e esperar chegar em casa para comer qualquer coisa.”

“Já desmaiei três vezes neste ano, tenho certeza que é porque não estou comendo direito, a refeição que tenho completa é só esta servida do restaurante do campus, às vezes

na sala de aula me dava uma tontura, dor de cabeça e fraqueza, agora é raro sentir essas coisas porque estou comendo todo dia no campus”.

Gráfico 9: Percepção dos estudantes da amostra em relação à frequência às aulas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no gráfico 9 são considerados relevantes, em virtude da maioria dos estudantes entrevistados afirmar que houve mudanças em relação à sua frequência às aulas, após ser beneficiado com o auxílio-alimentação; enquanto a minoria, 11 deles, informou não haver mudanças após a inserção do auxílio. Os entrevistados enfatizam a importância de se ofertar a alimentação no âmbito da instituição:

“A alimentação no campus é um estímulo a frequentar as aulas, pois antes sentia muita fome principalmente quando saía do trabalho direto para o campus, hoje posso afirmar que minha frequência melhorou e muito”.

Através das falas dos estudantes é possível observar a importância da alimentação ofertada pelo Restaurante Acadêmico (RA) no campus, enfatizando a necessidade desta modalidade de assistência ao educando, podendo ser utilizado como mecanismo de combate à evasão escolar:

“Não sei como seria sem o restaurante no campus, já que estudo turno integral e ainda trabalho no campus, além de não ter dinheiro para comer fora, não dava tempo me deslocar para se alimentar em outro lugar, com o auxílio então fico até mais motivado de ficar os três turnos no campus”

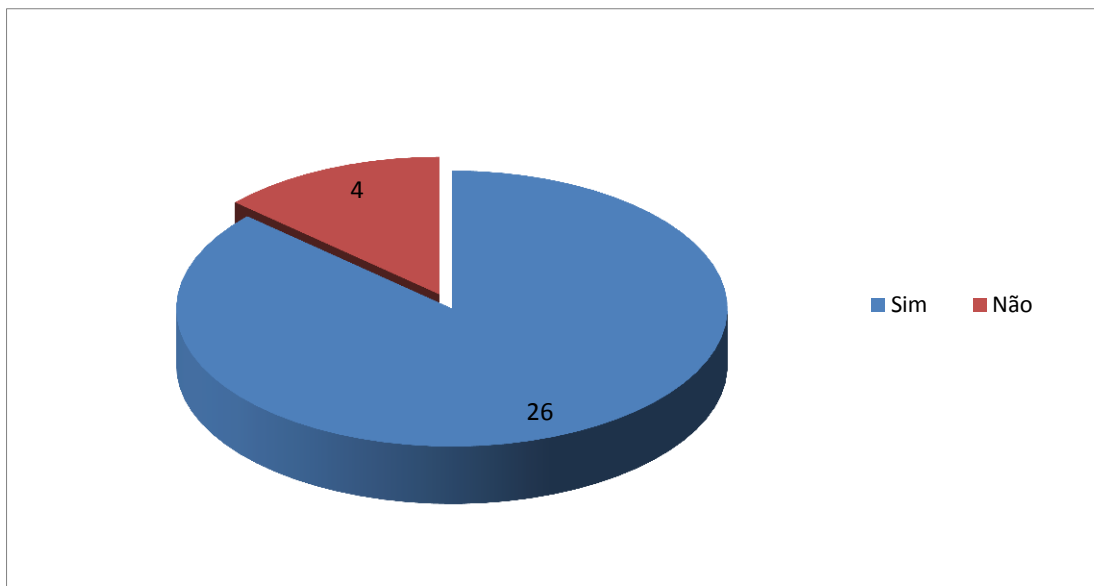
“Notei que não faltava como antes, pois como não tinha a refeição, nem como pagar por ela, não conseguia me concentrar nas aulas e muitas vezes saía antes da aula terminar, porque estava morrendo de fome”.

Neste sentido, a frequência escolar destes estudantes poderia ficar comprometida, em virtude da necessidade fisiológica de se alimentar, desencadeando falta de estímulos e maior propensão à faltas conforme relato:

“Embora considere que a refeição é de suma importância para a permanência do estudante, mesmo antes de ter o auxílio-alimentação, considerava a frequência às aulas primordial para a formação acadêmica, evitava faltar o máximo, mesmo às vezes sem ter o que comer”.

“A melhoria da frequência de certa forma acaba interferindo nas notas escolas, sem dúvida o estudante bem alimentado vai se sair melhor nas avaliações”.

Gráfico 10: Percepção dos estudantes da amostra em relação à mudança positiva nos hábitos alimentares.



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico 10 evidencia que a maioria dos estudantes, 26 deles, considera que houve mudanças positivas em seus hábitos alimentares; enquanto o restante, (4), não considera as mudanças ocorridas significativas após a concessão do auxílio-alimentação.

Através das falas, é possível identificar que os estudantes frequentemente consumiam alimentos industrializados, ricos em sódio e gorduras trans, por, muitas vezes, não possuírem condição financeira necessária para arcar com o custo de uma refeição, conforme demonstram os relatos abaixo:

“Muitas vezes substituí a refeição por lanche como biscoito, pão, refrigerante e salgados, porque era mais barato e não tinha dinheiro para pagar a refeição”.

“A correria dos estudos e o cansaço atrapalha a preparação de comidas saudáveis, além de ser mais barato comprar salgado e biscoito, então comprava esses alimentos para lanchar ou até mesmo jantar”.

“Às vezes quando chegava em casa eu só comia um pão e um copo de leite, agora depois do auxílio antes de ir para eu já janto, então fico despreocupado pois as vezes ia jogar bolo depois da aula e antes não comia nada”.

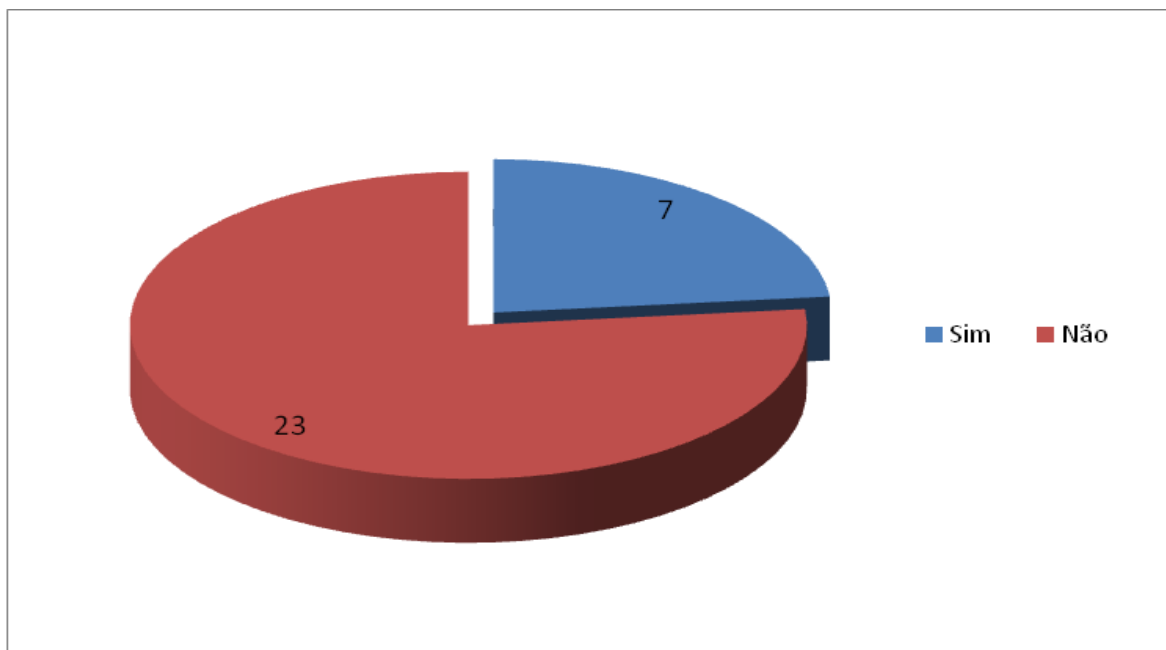
“Considero minha mudança de hábito alimentar bastante positiva, pois não tinha o hábito de comer verduras, na verdade nem gostava, quando comecei a me alimentar no restaurante do campus pedia para não servir salada, hoje gosto tanto de comer verduras, que até nos finais de semana faço em casa”.

Ainda segundo os depoimentos feitos ao presente trabalho, os estudantes chegam muito tarde a sua casa, em decorrência do longo percurso do campus até sua residência através de até três ônibus para completar o trajeto necessário. Sendo assim, observa-se a imensa dificuldade de se preparar qualquer refeição após a chegada deles à residência, pois, de acordo com os estudantes, o cansaço e a fadiga limitam a realização da refeição, tendo em vista que, após esse período de retorno à moradia, ainda terão que disponibilizar um tempo para os estudos antes de finalizarem a jornada do dia. Conforme aponta o relato a seguir:



“Como já chegamos tarde em casa, por volta de meia-noite, extremamente cansados, comemos qualquer coisa que temos de mais fácil para preparar, por isso comemos mais salgados ou qualquer industrializado porque é mais fácil de fazer”.

Gráfico 11: Distribuição dos estudantes da amostra segundo o uso de fumo



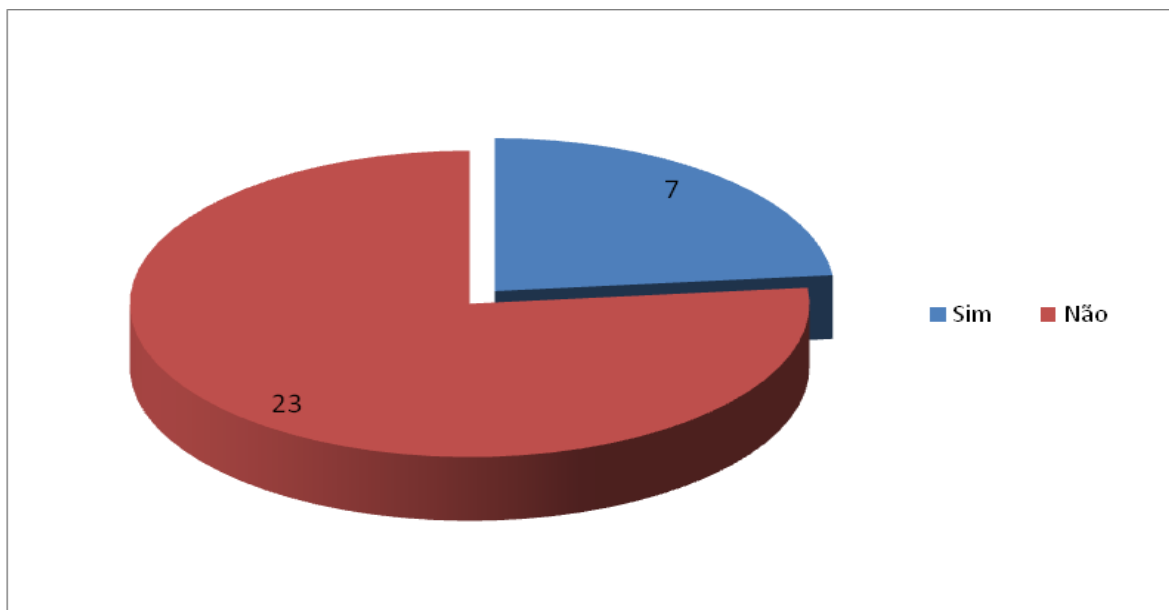
Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se, a partir dos resultados apresentados no Gráfico 11, que grande parte dos estudantes entrevistados, 27 deles, informou não fazer uso de fumo; enquanto os demais (3) estudantes afirmam que fumam. Embora o número de estudantes que afirmaram ser fumantes seja baixo, há necessidade de se discutir no âmbito escolar políticas de prevenção contra o tabagismo.

Segundo Meischke (2000), o tabagismo é a causa mais comum de morte evitável. São 140 mil mortes evitáveis por ano, considerando apenas aquelas associadas às doenças cardiovasculares. O fumo é fator de risco para as quatro principais causas de morte em todo o mundo, entre elas, doença cardíaca e pulmonar obstrutiva crônica, câncer e acidente vascular cerebral. Além disso, é fator de risco independente para doença arterial coronariana.

Dentre os agravos à saúde, que as drogas lícitas como o fumo provocam no indivíduo, os sintomas físicos e as alterações cognitivas são as mais relevantes, o uso de drogas lícitas traz para o indivíduo consequências como déficit de atenção, dificuldades de aprendizagem, rupturas na sequência do pensamento e prejuízo na memória, esses refletidos e observados principalmente em sala de aula (SANTOS; SANT'ANA, 2014).

Gráfico 12: Distribuição dos estudantes da amostra segundo a ingestão de bebida alcoólica.



Fonte: Dados da pesquisa.

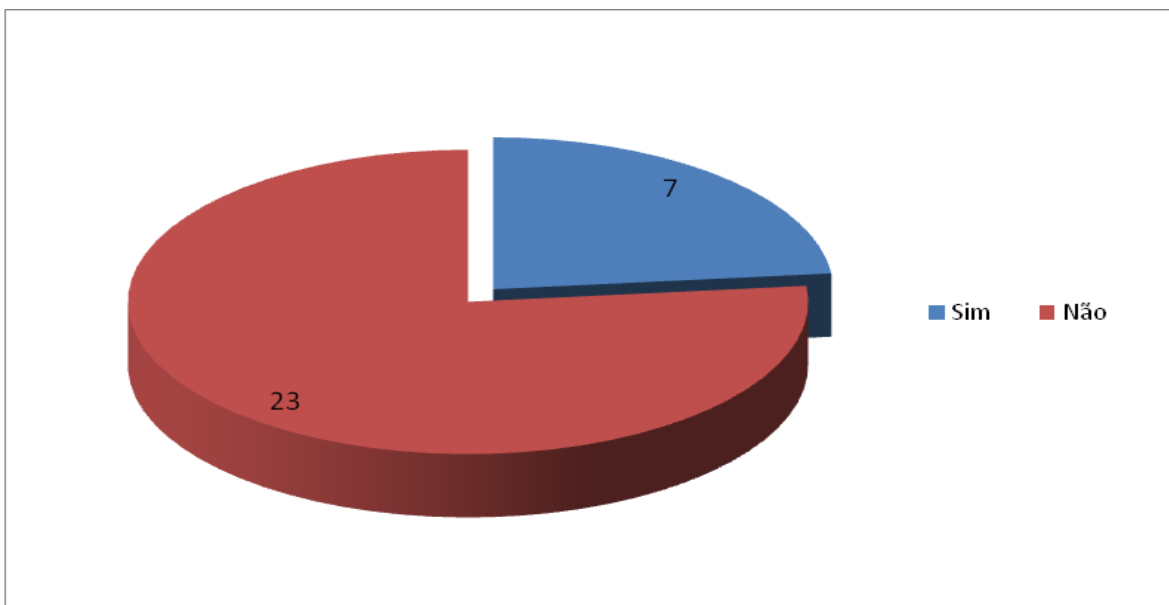
No Gráfico 14, observa-se a partir dos resultados apresentados, que grande parte dos entrevistados, 23 deles no total, informou a não ingestão de bebida alcoólica; enquanto que o restante, (7), respondeu que faz uso de bebida alcoólica.

Embora a identificação dos estudantes que não fazem a ingestão de álcool seja menor em relação aos que fazem uso destas bebidas, ainda assim, desenvolver projetos e programas de prevenção ao uso de álcool no âmbito institucional pode ser uma ferramenta de orientação, prevenção e redução dos impactos na saúde e no rendimento escolar.

Pechansky (2004) destaca a relação existente entre os impactos que ocorrem na memória a partir do uso de álcool:

Sabendo-se que a memória é função fundamental no processo de aprendizagem e que esta se altera com o consumo de álcool, é natural que este também comprometa o processo de aprendizagem. A queda no rendimento escolar, por sua vez, pode diminuir a auto-estima do jovem, o que representa um conhecido fator de risco para maior envolvimento com experimentação, consumo e abuso de substâncias psicoativas. Assim, a consequência do uso abusivo de álcool para o adolescente poderia levá-lo a aumentar o consumo em uma cadeia de retroalimentação, ao invés de motivá-lo a diminuir ou interromper o uso (PECHANSKYA; SZOBOTA; SCIVOLETTOB, 2004, p. 16)

Gráfico 13: Distribuição dos estudantes da amostra segundo a prática de atividade física



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no gráfico 13 são considerados relevantes, em virtude de grande parte dos estudantes entrevistados, 23 no total, afirmar não praticar nenhum tipo de atividade física; e somente sete (7) deles informaram que praticam atividades desportivas com frequência.

Pesquisas têm evidenciado o impacto positivo da atividade física regular em aspectos cognitivos na saúde mental e bem-estar geral do indivíduo durante o processo de

envelhecimento. Segundo Matsudo (2009 apud RAVAGLIA et al., 2007), alguns autores enfatizam o efeito da atividade física, especificamente a caminhada como diminuição do risco de demência vascular, assim como a existência de menor declínio cognitivo naqueles com hábitos saudáveis Matsudo (2009 apud BARNES et al., 2007).

O exercício pode elevar vários fatores de crescimento, estimular a neurogênese, mobilizar a expressão de genes que beneficiam o processo de plasticidade cerebral, aumentar a resistência do cérebro ao dano, melhorar a aprendizagem e o desempenho mental (MATSUDO, 2009 apud COTMAN, 2002, p. 77,).

Quadro 11 – Índice de Massa Corporal (IMC) de acordo o sexo.

IMC	Masculino	Feminino	Quantidade de respondentes
Desnutrido	4	2	6
Eutrófico	9	9	18
Sobrepeso	1	1	2
Obesidade grau I	2	0	2
Obesidade grau II	0	2	2
Obesidade grau III	0	0	0
Total	16	14	30

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro 11 apresenta o resultado da avaliação nutricional realizada junto aos estudantes da amostra utilizando como referência o Índice de Massa Corporal (IMC). A partir dos dados apresentados, observa-se prevalência de baixo peso (4) superior no sexo masculino em comparação ao sexo feminino (2). Ambos os sexos apresentaram os mesmos valores para Eutrófia, masculino (9) e feminino (9), como também sobrepeso, respectivamente sexo masculino (1) e sexo feminino (1). Enquanto a obesidade grau I foi encontrada apenas no sexo masculino (2) a obesidade grau II foi identificada apenas no sexo feminino (2).

Embora o Brasil esteja passando por uma fase denominada transição nutricional, com diminuição da desnutrição e aumento do excesso de peso, nas formas de sobrepeso e obesidade (COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008), o baixo peso encontrado nos estudantes do IFTO – Campus Palmas deve ser levado a sério, em virtude dos problemas de saúde que poderá acometer indivíduos desnutridos como maior exposição a doenças infecciosas, diminuição da capacidade reprodutiva, perda muscular, alterações psíquicas e psicológicas, anemia, aumento da morbidade e mortalidade.

Em relação ao sexo, ambos masculinos e femininos foram identificados com sobrepeso na mesma proporção, apenas no masculino foi encontrada obesidade grau I enquanto obesidade grau II apenas o sexo feminino.

Vários estudos têm indicado excesso de peso nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente entre adolescentes e adultos jovens (HEDLEY, 2004). Arelado a esse problema, também considerado de saúde pública, a obesidade pode ser considerado fator de risco desencadeante para outras doenças, como as cardiovasculares e metabólicas.

O Ministério da Saúde publicou um relatório em que foram estudadas amostras probabilísticas da população com 18 ou mais anos de idade residente em domicílios conectados à rede de telefonia fixa, de cada uma das capitais dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal, os resultados revelaram prevalências de 43% de sobrepeso e 13% de obesidade.

Quadro 12 – O auxílio alimentação contribui para a permanência do estudante.

Questão	Quantidade de respondentes
Contribui positivamente	30
Contribui negativamente	0
Contribui em parte	0
Não sabe responder	0
Total	30

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados apresentados no quadro 12, observa-se que os estudantes são unânimes quanto à contribuição do auxílio-alimentação ofertado pelo campus Palmas, tendo em vista que a totalidade deles (30), afirma que o auxílio contribui para sua permanência na instituição.

Neste sentido, o auxílio-alimentação se constitui um mecanismo essencial de assistência estudantil, sendo necessário investir em ações que aprimorem os objetivos propostos para este, através do programa de assistência estudantil.

Quadro 13 – O auxílio alimentação ofertado uma vez ao dia têm suprido a necessidade do estudante.

Questão	Quantidade de respondentes
Sim	15
Não	0
Em parte	15
Não sabe responder	0
Total	30

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados do quadro 13 expressam se o auxílio-alimentação tem atendido às necessidades dos estudantes, observa-se que existe um equilíbrio nas respostas, já que metade dos entrevistados, (15), afirma ter suas necessidades atendidas com apenas uma refeição ofertada; enquanto a outra, (15), considera que este atendimento tem ocorrido de forma parcial.

Neste caso, considerando que o objeto do estudo foi avaliar a adequação dos objetivos do auxílio-alimentação às necessidades dos estudantes, os resultados encontrados indicam que embora o auxílio tenha buscado atingir os propósitos para o qual foi criado, necessita aprimorar suas ações no sentido de atender as reais necessidades dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ofertando, assim, duas refeições ao dia.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência estudantil é considerada como mecanismo de inclusão e permanência na instituição, principalmente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste sentido, o objetivo da avaliação desta política é identificar se os programas contemplados na mesma, no caso o auxílio-alimentação, têm alcançado os objetivos propostos de acordo suas especificidades.

Assim sendo, faz-se necessário a constante avaliação do programa, contemplando a avaliação dos processos, dos impactos e da eficiência das ações que serão desenvolvidas durante a formulação, implementação e consolidação de uma política.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa buscou identificar os impactos que o auxílio-alimentação tem proporcionado aos estudantes beneficiados com este benefício, desde suprir sua necessidade de alimentação até os impactos em seu rendimento nos cursos.

A pesquisa institucional realizada no setor do serviço social e em documentos institucionais expressam que o auxílio-alimentação tem sido a maior demanda prevista em editais realizados no campus Palmas em comparação aos demais auxílios ofertados.

Diante deste aspecto, desde sua implantação em 2012 com a oferta de 164 auxílios, o auxílio-alimentação tem se tornado crescente. Em 2013, foram concedidos 466 auxílios; em 2014, o total de 692 auxílios. Neste sentido, estes dados expressam que o auxílio tem evoluído em termos quantitativos, consideravelmente.

O total de estudantes que participaram do estudo correspondem a 30 alunos, distribuídos em vários cursos ofertados no IFTO – Campus Palmas. O perfil dos estudantes da amostra caracteriza-se como maior parte sendo jovens de 18 a 24 anos (22), do sexo masculino (16).

No que concerne à renda, conclui-se que os estudantes possuem baixa condição socioeconômica, em virtude de doze (12) dos estudantes da amostra possuírem renda de até um salário-mínimo e nove (9) receberem até dois salários-mínimos.

A partir dos relatos advindos das entrevistas, percebeu-se que o programa teve uma importância na frequência, na rotina escolar e no rendimento escolar. Embora todos concordem que o auxílio contribui para a permanência dos estudantes, observa-se que metade dos entrevistados, (15), considera a necessidade aprimorar o auxílio, através da oferta de duas refeições diárias ao contrário do que é ofertado hoje, ou seja, apenas uma.

Os resultados da avaliação nutricional demonstram a necessidade de mudança nos hábitos de saúde dos estudantes. Observa-se que estes ingerem frequentemente alimentos industrializados, que favorecem o ganho de peso e obesidade. Grande parte deles não pratica atividade física; e ainda que em pouca quantidade, foi identificado o uso de bebida alcoólica e fumo por parte dos estudantes.

Através da avaliação nutricional realizada nos estudantes, buscou-se demonstrar os impactos que os hábitos como alimentação saudável, a prática de atividade física, não ingestão de álcool, não consumo de fumo, podem ser aliados à saúde mental, evitando doenças e colaborando com o bem-estar geral e com a elevação do desempenho cognitivo.

Através da avaliação realizada neste trabalho em torno do auxílio-alimentação, foi possível observar a importância da abrangência de ações que possam ser desenvolvidas em torno deste programa, diante destas demandas serão encaminhadas à comissão local de assistência ao estudante propostas como:

- Acompanhamento e orientação nutricional a todos os estudantes usuários do RA;
- Bolsa formação profissional cumulativa com o auxílio-alimentação;
- Oferta de 2 refeições diárias aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou que estudam em turno integral, contribuindo para adequação do estado nutricional.



O aprimoramento destas ações tem como finalidade garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, ofertando melhores condições de permanência na instituição e colaborando na melhoria do aspecto cognitivo e rendimento escolar.

Embora os resultados obtidos nesta pesquisa indiquem que o programa tem buscado adequar seus objetivos aos propostos pela política de assistência estudantil, acredita-se que este estudo possa contribuir produzindo conhecimento prático, aprimorando, assim, as ações de assistência estudantil.

Neste contexto, o desenvolvimento de outras pesquisas sobre essa temática, principalmente no que concerne a avaliação de políticas sociais no âmbito escolar, seria de grande relevância, haja vista que este tema ainda é pouco explorado. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com estudos posteriores sobre um tema tão pouco discutido, porém de uma grande importância que é a assistência estudantil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Brasília, 2007. Disponível em <[www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br)>. Acesso em: 15 fev. 2015.

APPLE, M.; BEANE, James. (Orgs.). *Escolas democráticas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ARAÚJO, Jair Cláudio Franco de. *Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela Unirio: o Projeto de Bolsa Permanência*. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a09v22n84.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2015.

AUGUSTO, Ana Lúcia Pires. *Avaliação nutricional*. In: AUGUSTO, Ana Lúcia Pires et al. *Terapia nutricional*. São Paulo: Atheneu, 1999.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BLACKBURN, G. L; BISTRIAN, B. R. Nutritional and metabolic assessment of the hospitalized patient. *JPEN*. 1:11-22, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. *Senado Federal*. Brasília, DF. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)> Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria do Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Disponível em: <[http://www2.unifap.br/dace/files/2015/01/portaria\\_pnaes.pdf](http://www2.unifap.br/dace/files/2015/01/portaria_pnaes.pdf)> Acesso em: 25 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*. Brasília, DF, 2010. Disponível em <[http://gestao2010.mec.gov.br/o\\_que\\_foi\\_feito/program\\_60.php](http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_60.php)> Acesso em: 12 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretarias de Políticas de Saúde. *Política nacional de alimentação e nutrição*. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnan.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2013

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COSTA, Helenice Moreira. Insuficiência renal. In: ISOSAKI, Elizabeth Cardoso (Org.) *Manual de dietoterapia e avaliação nutricional no serviço de nutrição*. São Paulo: Atheneu, 2006.

COUTINHO, JG; GENTIL, PC; TORAL, N. *A desnutrição e a obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição*. Cad. Saúde Pública, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s2/18.pdf>> Acesso em: 2 de novembro de 2015.

CUPPARI, Lilian et al. Doenças renais. In: SCHOR, Nestor; CUPPARI, Lilian (Coord.). *Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto*. Barueri: Manole, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acessado em: 09 fev. 2015.

DEHOOG S. Avaliação do Estado Nutricional. In: MAHAN KL, ESCOTT-STUMP S. *Krause: Alimentos, nutrição & dietoterapia*. 9a. ed, São Paulo: Roca, 1998. p.371-96.

DEMO, Pedro, 1941. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2006.

DUARTE, Antonio Cláudio Goulart. *Avaliação nutricional: Aspectos clínicos e laboratoriais*. 1.ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2008.

GALVÃO, Antonio Carlos F. *Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GIÚDICE, J. Z. A. D.; LORETO, M. D. S. L.; AZEVEDO, D. S. O programa de Assistência Estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 24, n.2, p. 038-067, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/1823634/Downloads/126-736-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/1823634/Downloads/126-736-1-PB%20(3).pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2015

HEDLEY A. A, OGDEN C.L., J. C.L, C., C. L.R., F. K.M. Prevalence of overweight and obesity among US children, adolescents, and adults, 1999-2002. JAMA 2004; 291:2847-50. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000064&pid=S0102-311X200900100000500002&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000064&pid=S0102-311X200900100000500002&lng=en)>. Acesso em: 2 de novembro de 2015.

KAMIMURA, Maria Ayako et al.. Avaliação nutricional. In: SCHOR, Nestor; CUPPARI, Lilian (Coord.). *Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto*. Barueri: Manole, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2004.

MATSUDO, Sandra Marcela Mahecha. Envelhecimento, atividade física e saúde. *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr)* n. 47. São Paulo abr. 2009.

MANN, Jim; TRUSWELL, Stewart. *Nutrição Humana*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

MEISCHKE, H; SELLERS, D.E., ROBBINS, M.L., et al. Factors that influence personal perceptions of the risk of an acute myocardial infarction. *Behav Med*. 2000;26(1):4-13. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000102&pid=S0080-6234200600040000200002&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000102&pid=S0080-6234200600040000200002&lng=pt). Acesso em: 4 de novembro de 2015.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2008: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000132&pid=S0102-311X200900100000500036&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0102-311X200900100000500036&lng=en). Acesso em: 3 de novembro de 2015.

MONTEIRO, C. A; CONDE W. L. Tendência secular da desnutrição e obesidade na infância na cidade de São Paulo. *Rev Saúde Pública* 2000; 34:52-61. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000130&pid=S0102311X200900100000500035&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000130&pid=S0102311X200900100000500035&lng=en). Acesso em: 2 de novembro de 2015.

Organización Mundial de Salud - OMS. *Diet Nutrición y prevención de enfermedades crónicas*. Geneva: OMS, 1990, 229 p. Série de informes Técnicos 797.

Organização Mundial da Saúde – OMS. *Obesity: preventing and managing tht global epidemic*. Genebra, 1997.

PECHANSKY, Flávio; SZOBOT Claudia Maciel; SCIVOLETTO Sandra. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. *Revista Brasileira Psiquiatria* 2004;26(Supl I):14-17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v26s1/a05v26s1.pdf>. Acesso em: 1 de outubro de 2015.

PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves; BELO, Amanda Silva. A Nova Configuração da Assistência Estudantil. In: FONAPRACE/ANDIFES. *Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

RAASCH, RONALDO. A Gestão da Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública na perspectiva de seus estudantes. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012\\_T00348\\_PCN82679.pdf](http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00348_PCN82679.pdf)

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Desigualdade de Oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

RICO, Elizabeth Melo. Apresentação. In: Avaliações de Políticas Sociais: uma questão em debate. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SÁ, Neide Gaudenci de. *Nutrição e dietética*. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Rute Noemia de Souza; SANTANA, Débora de Mello Gonçalves. Relação entre o uso de drogas lícitas e memória. Arquivos do Mudi v.18, N. 1 (2014). Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/24743/pdf\\_53](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/24743/pdf_53). Acesso em: 1 de outubro de 2015.

SARAVIA, Henrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988. São Paulo: Folha de São Paulo, 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm>> Acessado em: 24 ago de 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>.

TRIVIÑOS, A. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.

## APÊNDICE A - PROTOCOLO/FICHA DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 Sexo: ( ) F ( ) M Est. civil: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

### 2. HISTÓRIA CLÍNICA:

**Fez algum tratamento com o profissional nutricionista? ( ) Sim ( ) Não**

Fuma ( ) não ( ) sim Qtde/dia \_\_\_\_\_ Bebidas alcoólicas: ( ) não ( ) sim Freq/  
 qtde \_\_\_\_\_ Sono: \_\_\_ hs

Atividade

Física: \_\_\_\_\_ Freq/Duração: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Nível de Atividade Física: ( ) muito baixo ( ) médio/alto ( ) baixo/médio ( ) muito alto ( ) médio

#### 2.1. REVISÃO DO SISTEMA:

**Hábito intestinal:** ( ) sp ( ) Diarréia ( ) obstipação Freq.: \_\_\_\_\_ **Usa**  
**Laxante:** ( ) Não ( ) Sim

( ) Flatulência ( ) Náusea ( ) Disfagia ( ) Azia ( ) Vômito ( ) Dores abdominais ( )  
 Dificuldade Deglutir ( ) Boca Seca

Apetite: ( ) ruim ( ) regular ( ) bom ( ) muito bom **Mastigação:** ( ) Rápida ( )  
 Adequada ( ) lenta ( ) compulsiva

### 3. AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA

1. Peso	
2. Altura	
3. Índice de Massa Corporal (IMC)	

**APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O ESTUDANTE  
BENEFICIADO COM O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

1 – Você já recebeu o auxílio alimentação concedido pelo IFTO?

Sim.

Não.

2 – Você está recebendo o auxílio alimentação atualmente?

Sim.

Não.

3 – Por quanto tempo você recebeu Bolsa Permanência?

1 a 5 meses.

6 a 12 meses.

13 a 18 meses.

19 a 24 meses.

Mais de 24 meses.

4 - Em que curso você está matriculado?

Resposta: \_\_\_\_\_

5 - Em que turno você estuda?

Matutino.

Vespertino.

Noturno.

Integral

6 – Você conhece o Programa de Assistência Estudantil do IFTO – Campus Palmas?

Sim  Não

7 - Quais os motivos que (a) o levaram a se inscrever no Auxílio alimentação?

Estudar em turno Integral

Baixa condição socioeconômica

Diminuição dos custos

Outros

8 Houve mudanças no cotidiano escolar após ser beneficiado com o auxílio alimentação?

Sim  Não

Porquê?

9 Após a inserção no Auxílio- alimentação notou mudanças em relação ao rendimento escolar?

Sim  Não

Porquê?

10 Observou mudanças em relação à frequência das aulas na instituição após ser concedido o auxílio alimentação?

Porquê?

Sim  Não.

11 Onde se alimentava antes de ser beneficiado com o auxílio alimentação?

Casa

Restaurante

Outros

12 Houve mudanças positiva nos hábitos alimentares, favorecendo uma alimentação saudável após o auxílio?

Sim  Não

Porquê?

13 O auxílio-alimentação tem contribuído para a permanência na instituição?

Sim  Não

14 A refeição ofertada gratuitamente pela instituição uma vez ao dia, têm contribuído para a sua permanência na instituição?

Sim  Não



## ANEXO - COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada “**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A EFICÁCIA DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO) – CAMPUS PALMAS**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Ionara Silva Chaves Dias, a qual pretende avaliar esta Política no período de junho a julho de 2015, a fim de se propor melhorias para a política.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de questionário e avaliação nutricional. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo. Se você aceitar participar, estará contribuindo para melhorias na política pública de Assistência Estudantil no IFTO – Campus Palmas, com vistas a alcançar a adequação dos objetivos propostos pelo auxílio alimentação do Programa de Assistência Estudantil.

Pode haver algum desconforto – sentimentos de angústia, tristeza, ansiedade, medo - diante das perguntas, uma vez que a reflexão nesse momento de transição traz à tona sentimentos como ansiedade, culpa, dentre outros. Porém, em qualquer etapa de sua realização, o (a) senhor (a) terá direito a indenização, caso sofra algum dano comprovadamente decorrente desta Pesquisa.

A sua participação é voluntária e a sua recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da Pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O (A) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da Pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: **Endereço:** AE 310 Sul, Avenida LO 05, s/n, Plano Diretor Sul, - IFTO Palmas/TO, CEP: 77.021-090, e/ou pelo telefone (63) 3236-4000, Ramais: 4019, de segunda a sexta no horário comercial (exceto feriados). Poderá ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT, situado à Avenida NS 15, ALCNO 14, Prédio do Almoxarifado, 109 Norte, Palmas/TO, CEP: 77.001-090 telefone (63) 3232 8023 de segunda a sexta no horário comercial (exceto feriados). Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre os objetivos da pesquisadora e da necessidade da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do Projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira por minha participação neste estudo e que posso deixar de participar quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

